



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**SUSANA BRAGA DE SOUZA**

“NA BOCA DO RIO ITAPOCU DESAGUAVA UM QUILOMBO”: HISTÓRIA,  
MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NO POVOADO DE ITAPOCU, MUNICÍPIO DE  
CAMETÁ-PARÁ

CAMETÁ-PA  
2013

SUSANA BRAGA DE SOUZA

“NA BOCA DO RIO ITAPOCU DESAGUAVA UM QUILOMBO”: HISTÓRIA,  
MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NO POVOADO DE ITAPOCU, MUNICÍPIO DE  
CAMETÁ-PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a Faculdade de História/UFPA- Campus Universitário do Tocantins como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ-PA  
2013

SUSANA BRAGA DE SOUZA

“NA BOCA DO RIO ITAPOCU DESAGUAVA UM QUILOMBO”: HISTÓRIA,  
MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NO POVOADO DE ITAPOCU, MUNICÍPIO DE  
CAMETÁ-PARÁ

---

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues  
Membro da Banca

---

Prof<sup>ª</sup>. MSc. Maria Joana Pompeu  
Membro da Banca

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Orientadora

**CAMETÁ - PA  
2013**

Ao prof. José da Paixão do Espírito Santo in memória,  
que sonhava ver a história de seu povoado virar livro.

Ao meu pai, tio e padrinho José de Souza, que nunca  
mediu esforços, em querer ver sua filha formada, e essa  
luta me impulsionou para alcançar meus objetivos.

“Naquele tempo os negros era humilhado, medroso, agora não. Por que é que eles estudo? Por que a gente requiere escola pra cá? Pra saberem que a gente é cristão, a gente é vivo, que a gente precisa de escola, uma agencia de saúde, pra gente daqui é uma grande cuisa” (Maria Amélia do Espírito Santo).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para lutar em todos os momentos de minha vida, e a todos aqueles que incentivaram e contribuíram para a realização deste sonho. Para algumas pessoas tenho que agradecer de forma especial aqui pela torcida, força, incentivo e colaboração.

Agradeço aos meus pais adotivos, José de Souza e Domingas Farias, que sempre estiveram ao meu lado, sem eles eu não teria chegado aqui. Agradeço por toda a confiança depositadas em mim. Acreditem, tenho orgulho de ser filha de vocês, pais queridos, pois diante de tantas dificuldades sempre estiveram ao meu lado, e mesmo sem entender por que tantas noites eu não dormia, acreditaram que eu chegaria a vitória. A vocês meus eternos agradecimentos!

Agradeço aos meus pais biológicos Albina Braga e Raimundo de Souza, saibam que mesmo sem muito contato direto sempre procurei trilhar pelos melhores caminhos para que vocês sentissem orgulho de mim e da pessoa que me tornei, tenho certeza que os esforços e os valores que tentaram me passar, e que nos ligam geneticamente, também se concretizam neste momento tão importante de minha vida.

Aos amigos que cultivei durante o curso, em particular à Elisângela Sabóia, Marilex Viana, Leilâne Silva, Adalto Pantoja e Lordiane do Carmo, a amizade que construímos serviu-me para tornar nossa trajetória tão prazerosa como foi, valeu pelas gargalhadas e discussões!

A professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto, que por diversas vezes teve paciência comigo, nos momentos que mais precisei se mostrou uma verdadeira mãe, psicóloga e amiga de sempre, devo tudo a você professora. Obrigado pela dedicação, pelo carinho, pelos puxões de orelha, que me fizeram crescer. Você me fez acreditar que posso sempre mais, suas sinceras palavras e lições de vida me deram forças para conquistar meus objetivos. Para você meu exemplo de mulher e ser humano, os meus mais sinceros e eternos agradecimentos.

Aos moradores das povoações remanescentes de antigos quilombolas do Mola, Itapocu, Bom Fim, Tomásia, Itabatinga, Porto Alegre, Boa Esperança, por onde estive nestes últimos quatro anos. Meus agradecimentos, em memória, ao Prof. José da Paixão do Espírito Santos, que no transcorrer da pesquisa passou para outro plano, seus anseios em contar a história de Itapocu fizeram com que eu valorizasse nos mínimos detalhes de

nossas conversas. Meu muito obrigado a todas as pessoas que me deram o prazer de alguns minutos de conversas, responderam minhas indagações e aplacaram a minha vontade de conhecer mais e mais as histórias que possibilitaram a escrita deste trabalho.

As amigas dos Grupos de Pesquisa *Quilombolas e Mocambeira: história da resistência negra na Amazônia (QUIMOHRENA)* e *História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (HELRA)*, pelas trilhas percorridas e pelos verdadeiros aprendizados que levarei por toda a vida. O companheirismo o qual eu tive o prazer de vivenciar com vocês me motiva a ir além, obrigado pelo apoio e solidariedade Crisna Talita Sousa, Crísley Marques e Maria Gorete Procópio!

A Vicente Caldas, a Graziela Muniz, Jucelino Garcia e Albertino Gomes Pinto, pela colaboração na feitura produção deste trabalho.

Serei eternamente grata a tantas contribuições de amigos e familiares, que me motivaram e colaboraram direta e indiretamente para este momento. Obrigado a todos pelo incentivo e apoio nos momentos em que mais precisei. Essa vitória é nossa!

## RESUMO

O presente trabalho intitulado “*Na Boca do Rio Itapocu Desaguava um Quilombo*”: *História, Memória e Educação no Povoado de Itapocu, Município de Cametá – Pará*, através de fontes orais, escritas e imagéticas, teve como objetivo reconstituir a história de formação da povoação remanescente de quilombola de Itapocu - Região do Tocantins, com foco direcionado para as questões educacionais, tentando verificar de que forma se constitui as diferentes formas de saberes entre os habitantes desta povoação, que tipos de conexões estabelecem entre educação formal e informal, e quais são as manifestações artísticas e culturais praticadas no referido povoado. Para tanto, a referida pesquisa procurou dialogar com os estudos de Vicente SALLES (2004), GOMES (1993,1995), CASTRO & AZEVEDO (2006), BEZERRA NETO (2001), PINTO (1995, 2001, 2004, 2007, 2010) e AMORIM (1995, 2000). Além do exercício de reconstituição histórica e cultural da povoação de Itapocu, a pesquisa também possibilitou conhecer melhor as reais dificuldades vivenciadas pelos seus habitantes. Desta forma, reconhecer o processo educacional presente na comunidade foi uma tarefa de suma importância, pois foi possível verificar que a educação não se trata somente no âmbito do corpo físico da escola, abrange os saberes e práticas culturais, fortemente marcados através da memória herdada e vivida, que perpassam de geração à geração e alcançam as salas de aula através da memória que se faz presente nos vocábulos, manifestações culturais e na religiosidade, tornando-se uma educação recíproca no que diz respeito aos saberes formais e informais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, Quilombo, Educação

## SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Escravidão e Resistência Negra na Amazônia</b>	<b>16</b>
1. Um olhar Panorâmico sobre a Resistência Negra na Amazônia	17
2. História e Memória dos Antigos Quilombos do Baixo Tocantins	22
<b>Capítulo II</b>	
<b>A Povoação de Itapocu nas Falas dos Seus Habitantes</b>	<b>28</b>
1. Memórias e (Re) Constituição Histórica da Povoação de Itapocu	29
2. Localização Geográfica da Povoação	33
3. Cultura e Educação: Saberes Tradicionais e Escolarização na Povoação de Itapocu	37
4. Manifestações Artísticas e Culturais	52
5. Agricultura Familiar: Fonte de Sobrevivência	55
<b>Capítulo III</b>	
<b>Identidade Étnica e Territorialidade</b>	<b>61</b>
1. O Movimento Negro e a Titulação de Terra: Consolidação de Luta	62
2. Titulação de Terra: O Pará em Foco	65
3. Terra da Liberdade: Anseios da População Quilombola do Tocantins	67
<b>Considerações Finais</b>	<b>76</b>
<b>Fontes Utilizadas na Pesquisa</b>	<b>80</b>
a) Relatos Orais	80
b) Fontes Documentais Escritas	81
c) Fontes Documentais Imagéticas	81
d) Fontes Bibliográficas	81
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>83</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral reconstituir a história de formação da povoação remanescente de quilombola de Itapocu, verificando como se constitui as questões educacionais e mais diferentes formas de saberes entre os habitantes da povoação, que tipos de relações são estabelecidos com os demais povoados negros rurais e quais são as manifestações artísticas e culturais praticadas no referido povoado. Primeiramente se faz importante destacar que a minha preferência em estudar este povoado veio a partir da minha condição de Bolsista de Iniciação Científica, quando comecei a desenvolver as primeiras atividades do subprojeto *História, Memória e Educação Quilombola no município de Cametá: o povoado de Itapocu na fala dos seus habitantes*, um dos planos de trabalho da pesquisa *Inclusão no Processo Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará*, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto. Minha inserção na referida pesquisa teve início em agosto de 2009, e visava, inicialmente, fazer um levantamento histórico do processo de formação da povoação remanescente de quilombola de Itapocu, dando especial atenção para as questões educacionais deste povoado.

A convivência entre os moradores de Itapocu, cujas memórias faziam insurgir as histórias de resistências e constituição históricas da povoação em questão e de outros povoados remanescentes de antigos quilombolas da região, acrescida as inúmeras leituras que davam destaques ao processo escravista e as formas de resistências de negros escravizados na região Amazônica fortaleceram meu interesse pela pesquisa e direcionaram a trama deste trabalho de conclusão de curso.

Referindo-se ao processo escravista na região Amazônica, Vicente Salles, na obra *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão* (1988), afirma que, dentre os Estados do Brasil, o Pará destaca-se como um dos que negociavam em grande escala o tráfico de escravos negros, pois aí havia a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), “organizada na metrópole, mas que também resultou do interesse e das solicitações dos moradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a soma

de resultados foi realmente elevada.” (SALLES, 1988). Visto que os negros, ao chegarem, eram vendidos ou trocados por mercadorias.

Partindo do pressuposto que os negros escravizados eram sujeitos às limitações impostas pelo sistema escravista, buscavam espaços que lhes permitissem a conquista de momentos de liberdade, o que conseguiam geralmente com as fugas e a formação de quilombos. “No Brasil colonial, em quase todas as áreas, foram inúmeros os quilombos formados” (GOMES, 1997, p.39). Nos quilombos os negros também mostravam a sua capacidade de organização e articulação com outros indivíduos e grupos (SALLES, 2004, p.86).

As fugas e a formação de quilombos tornaram-se formas de resistências utilizadas pelos negros em todo o território brasileiro (GOMES, 1997). Nas afirmações de Pinto, ainda hoje existem várias comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Na Amazônia também foram formados vários quilombos, estima-se que existem em torno de 290 povoações remanescentes de quilombolas (PINTO, 2006, p.278).

Quando os escravizados fugiam geralmente formavam no meio das matas núcleos populacionais, que eram chamados de quilombos. Segundo Pinto, nesses locais eles resistiam à escravidão e defendiam a liberdade. Da mesma forma, também, “tentavam reconstituir as várias versões de uma vida comum; faziam festas, plantavam roças, pescavam, caçavam e praticavam transações comerciais. Buscavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais” (PINTO, 2006).

Assim sendo, na constituição deste trabalho dialogou-se com os estudos de autores, como Flávio Gomes (1993, 1995), Funes (1996) Edna Castro & Rosa Azevedo (2006), Azevedo (1987), Bezerra Neto (2001) e Pinto (1995, 2001, 2004, 2007, 2010) e Amorim (1995, 2000), dentre outros que vêm contribuindo com a historiografia regional, na perspectiva de analisar a presença de negros na Amazônia como agentes sociais ativos participantes e construtores de arte, cultura, religião e desenvolvimento humano que influenciaram e ainda influenciam a sociedade brasileira. Nesse sentido, a efetivação deste estudo tem também a sua contribuição dada à significativa presença do negro no Pará, desde o período colonial, e a sua notável contribuição para formação da sociedade paraense (SALLES, 2004).

E foi a partir dessas contribuições que se tornou necessário entender o tema da escravidão na Amazônia, já que na região do Baixo Tocantins, no município de Cametá, se localiza a comunidade remanescente de quilombola de Itapocu, e suas histórias começam a ser reconstituídas a partir da “evocação da memória e do exercício da lembrança de história de vida e experiências históricas de seus descendentes que ainda

vivem em suas comunidades remanescentes” (PINTO, 2006). Menciona-se que nessa região já foram realizados estudos, e ainda hoje se desenvolvem pesquisas sobre povoados remanescentes de quilombos, na tentativa de entender as diferentes formas de resistências adotadas por antigos quilombolas da região, as dificuldades enfrentadas e as diversas estratégias organizacionais dos seus descendentes, solidificou o meu interesse de estudo pela povoação de Itapocu.

Ressalto que, para o desenvolvimento do presente trabalho, o uso da história oral foi de fundamental importância, mediante os relatos orais e as histórias de vida de velhos e velhas, uma vez que se encontrou pouquíssimos documentos escritos sobre a referida povoação. Neste sentido, foi possível conhecer as reais dificuldades da comunidade remanescente de quilombola de Itapocu, através das memórias e lembranças dos seus mais velhos moradores, e a partir daí analisar como se constituiu esse povoado, e as várias versões que circulam acerca desse processo. A partir de então, se fez necessário ter contato direto com os habitantes desta comunidade e de outras povoações vizinhas, como Mola, Tomásia, Bom Fim, Porto Alegre e Boa Esperança.

Metodologicamente os dados da pesquisa foram coletados mediante visitas de campo realizadas na comunidade remanescente de quilombola de Itapocu, a partir de viagens periódicas à povoação em estudo, feitas constantemente nos finais de semana, quando as pessoas se encontravam descansando em suas casas.

Portanto, o trabalho de campo se deu a partir das entrevistas, conversas informais com os moradores do povoado e das atividades de oficinas recreativas que eram realizadas na escola da povoação.<sup>1</sup> Contudo, para realizar cada entrevista era necessário saber antecipadamente quem entrevistar. Devido tal situação realizava-se um levantamento prévio das pessoas que deveriam ser entrevistadas, levando sempre em consideração o pertencimento, o morar e viver na povoação. Nas primeiras visitas a povoação de Itapocu e as outras povoações vizinhas, as conversas se davam de maneira informal, para só depois serem realizadas as entrevistas. Os alvos das entrevistas eram principalmente, representantes da comunidade, professores, pessoas mais idosas e moradores, obedecendo ao critério de ser morador da comunidade há bastante tempo. As entrevistas, inicialmente, foram feitas com a ajuda de um questionário semi aberto,

---

<sup>1</sup> É importante mencionar que como atividade da **Pesquisa Inclusão no Processo de Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará**, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto, nas povoações por onde passávamos em trabalho de campo, realizávamos várias atividades lúdicas e recreativas com as crianças como: desenho e pintura (para que as crianças pudessem desenhar sua povoação); brincadeiras (como as cantigas de rodas); brincadeira da adoleta (como estamos desenvolvendo uma cartilha quilombola, esta atividade era propícia para conhecer os elementos que fazem parte do cotidiano das crianças) além de outras.

gravadas em celular e em um pequeno gravador para posteriormente serem transcritas. Entretanto, foi preciso ter cuidado, quanto ao uso dos objetos que serviram de suporte para pesquisa, como: gravador, câmera fotográfica e outros, no sentido de não inibir as pessoas entrevistadas. Haja vista, que algumas se retraíam a partir da condição em que alguns desses materiais de apoio eram usados.

Na transcrição das entrevistas procurou-se respeitar, ao máximo, a maneira de falar dos informantes. Após a transcrição, o material coletado foi analisado e serviu de base para a composição do presente estudo. Da mesma forma, levou-se em conta também as observações feitas em campo, uma vez que passamos um significativo tempo junto a comunidade vivenciando o cotidiano dos seus habitantes. Contudo, para se processar as análises do presente estudo foi necessário fazer um criterioso levantamento bibliográfico e leitura do material relacionado ao assunto em estudo, além da pesquisa arquivística realizada no Museu Histórico de Cametá e no Cartório da vila de Juaba.

A partir desse procedimento metodológico foi possível desenvolver a pesquisa que originou este estudo na povoação remanescente de quilombolas de Itapocu, na perspectiva de analisar e tentar reconstituir o processo histórico de formação desta povoação.

É importante ressaltar, ainda, que os primeiros resultados deste estudo foram apresentados no XXII e XXIII Seminário de Iniciação Científica, realizado pela UFPA, nos anos de 2011 e 2012, que aconteceram no Campus Universitário do Tocantins-Cametá, além de terem sido divulgados em outros eventos acadêmicos e científicos, que aconteceram na UFPA/Belém e Cametá. Tais resultados foram ampliados com as abordagens que agora apresento como trabalho de conclusão de curso (TCC), no intuito da obtenção do grau de licenciatura Plena em História, junto a UFPA/ Campus Universitário do Tocantins/ Cametá.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, Escravidão e Resistência Negra na Amazônia, é feito um sucinto histórico da escravidão e da resistência negra no Brasil e na região amazônica, com foco na região do Tocantins, município de Cametá, norte da Amazônia, dando destaque para a formação dos quilombos, nesta região. Além do destaque dado para a importância do uso da história oral, e da utilização de suas técnicas para a efetivação da pesquisa em locais onde as fontes escritas são escassas. Possibilitando, assim, conhecer e ter dimensão da importância que a oralidade tem nas povoações negras rurais da região Tocantina.

O segundo capítulo, A povoação de Itapocu nas falas dos seus habitantes, institui-se de uma descrição do povoado remanescente de quilombola de Itapocu, onde

se tenta reconstituir a sua história de formação, modo de sobrevivência, aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais e suas transformações enquanto comunidade negra rural, remanescentes de antigos quilombolas ou mocambeiros. Levando em consideração os requisitos de africanidade presente nesta povoação.

O terceiro Capítulo, Identidade Étnica e Territorialidade, refere-se às análises dos movimentos negros na Amazônia evidenciando as populações quilombolas como agentes sociais ativos participantes e construtores de arte, cultura. As abordagens realizadas a respeito da luta dos povos tradicionais servem para entender como se encontram atualmente os habitantes da povoação de Itapocu, no que concerne a forma organizacional de seus habitantes, tanto na vivência cotidiana, quanto na interlocução entre as outras povoações, sem perder de vista a luta que os habitantes desta povoação travam por melhorias.

Sem dúvida, o estudo em questão é de suma importância para o povoado de Itapocu, pois a partir das abordagens aqui feitas, remetem a formação de uma memória coletiva para o reconhecimento dos povoados, transformando-os em meios significativos para outros estudos, assim como, abre espaço para outros questionamentos acerca da situação atual em povoados negros rurais da região do Tocantins.

O presente estudo permitiu constatar que apesar das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 assegurar a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino brasileiro a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, verificou-se que os elementos culturais da comunidade de remanescente de quilombolas de Itapocu não são articuladas as suas tradições no âmbito físico da escola, a relação saber informal que deveria perpassar os muros do saber formal, pouco ou quase nunca se intercalam, assim, a articulação entre cultura local e processo educacional formal não é estabelecido. Ressalta-se, que questões como falta de merenda escolar, material didático pedagógico, infraestrutura e formação profissional adequada dificultam ainda mais o processo educacional nas comunidades remanescentes de quilombo e agravam o aprendizado das crianças.



Imagem 1: Desenho da Povoação Bom Fim feito por um aluno da escola desta povoação. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa.

## **CAPÍTULO I**

# **ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NEGRA NA AMAZÔNIA**

## 1. UM OLHAR PANORÂMICO SOBRE A RESISTÊNCIA NEGRA NA AMAZÔNIA

No Brasil índios e negros foram submetidos ao trabalho escravo. A escravidão negra durou mais de 300 anos, durante esse período, milhões de negros foram aprisionados na África e trazidos para o Brasil a fim de trabalhar na lavoura de exportação, nas minas de ouro, na agropecuária e nos serviços domésticos (PINTO, 2006). Na região amazônica a escravidão negra não foi tão intensa, em termos quantitativos, como nas áreas de grandes cultivos de cana-de-açúcar, café ou de extração de minérios, porém o trabalho compulsório de negros africanos conviveu simultaneamente, nessa região, com os indígenas (SALLES, 1988).

Durante o período escravista os negros resistiram de diversas formas contra a escravidão, uma das mais importantes foi a formação de redutos negros denominados de quilombos. Estes locais funcionaram como esconderijo de negros que resistiam à escravidão e fugiam de engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades. Segundo Silva e Reis, no sistema escravista a atitude básica de resistência eram as fugas, o que pressupõem que estas eram tanto individuais quanto coletivas (SILVA & REIS, 1989, p.62). Para Pinto, as fugas de negros escravizados e a formação de quilombos tornaram-se motivo de preocupação para fazendeiros, proprietários de escravos e para as autoridades legais da Província do Grão-Pará e vizinhanças, que preocupados com tal situação publicavam notícias de negros e seus quilombos (PINTO, 2005).

Desta forma, mocambos e quilombos são termos utilizados para denominar os núcleos de resistência negra, que foram constituídos durante o período escravista, em várias partes do território brasileiro. Segundo Schwartz, a palavra mocambo significava um esconderijo; “enquanto que o termo quilombo passou a significar no Brasil qualquer comunidade de escravos fugidos. Desse modo, tanto o significado usual, quanto a origem são dados pela palavra *Mbundu*, usada para designar acampamento de guerra” (SCHWARTZ, 2001). Portanto, o que fundamenta este tipo de abordagem é o aspecto de resistência cultural da luta de negros escravizados. Na concepção de Édison Carneiro,

“O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos, como forma de luta contra a

escravidão, como reafirmação dos valores das lutas africanas, sob todos estes aspectos os quilombos revela-se com um novo, único peculiar, uma síntese dialética. Movimento contra o estilo de vida que os brancos lhe queriam impor, o quilombo mantinha sua independência à custa das lavouras que os ex-escravos haviam aprendido com seus senhores, quando necessário, com armas de fogo dos brancos. E, embora em geral contra a sociedade que oprimia os seus componentes, o quilombo aceitava muito dessa sociedade, um passo importante para a nacionalização da massa escrava” (CARNEIRO, 1988, p.24).

Carneiro (1988) evidencia os vínculos iniciais de como era o modo de vida da população negra nos quilombos. Segundo Pinto, nesses núcleos populacionais formados por escravos fugitivos, homens e mulheres tentavam reconstituir nos quilombos as várias versões de uma vida comum: realizavam festas, plantavam, coletavam, pescavam, caçavam e praticavam transações econômicas que eram possíveis. Enfim, estabeleciam nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e reconstituíam identidades, tradições, valores, costumes, formas organizativas de vivência familiar e social (PINTO, 1999, p.35). Lutavam sempre pela liberdade, tentando levar no cotidiano uma vida comum onde estabeleciam laços oriundos de sua pátria.

Na região amazônica foram formados vários quilombos, dos quais se originaram muitos povoados remanescentes. A povoação de Itapocu, localizada no distrito de Juaba, no município de Cametá - no nordeste do Pará, é um desses povoados formado por negros “resistentes da escravidão” (PINTO, 2005). Segundo os relatos dos mais velhos habitantes de Itapocu, a história deste lugarejo se confunde com formação do antigo quilombo do Mola, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins, que deu origem a pequenos mini- quilombos na região do Tocantins (PINTO, 1995).

A introdução da mão de obra negra escrava na Amazônia foi tardia. Essa região por muito tempo utilizou o trabalho cativo dos índios é só a partir de meados do século XVIII, o governador Mendonça Furtado, instruído por Sebastião José Carvalho e Melo, começou a pensar na introdução do trabalho negro. “Em maio de 1753, por carta destinada ao seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo sugeriu alternativas para resolução dos problemas reportados por Mendonça Furtado” (CARVALHO e MELO, carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 15 de maio de 1753).

“Na semana seguinte, em função da reunião que tivera com os colonos mais importantes, residentes em Belém, retornara ao argumento acerca da impropriedade da escravidão indígena, expondo as vantagens que a introdução de escravos africanos apresentava” (COELHO, 2005, p.156).

Segundo Vicente Salles, na Província do Grão-Pará, a fuga de negros escravos tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável. Ganhando maior vitalidade, ainda, com a propaganda da Independência, que acabou exercendo maior atração dos negros pela liberdade. Estes nas fugas, mesmo perseguidos pela força militar, cujo emprego principal se tornou a caça de fugitivos, tomavam rumo em diversas direções (SALLES, 1988). No itinerário das fugas de negros escravos, a região do Baixo Tocantins despertava uma certa sedução, pois aí, principalmente na localidade de Cametá, ventilavam-se algumas movimentações contra o regime de então, que se arrastaram após a adesão do Pará à Independência, mesclando-se com os ideais do Movimento Cabano (PINTO, 2004). A esse respeito Palma Muniz em *Adesão do Grão-Pará*, cita o seguinte documento:

Distrito de Cametá, para onde mais afluíam os escravos fugidos e os próprios desertores das tropas, era uma verdadeira ameaça, por se ter nesse período tornado um foco de desordens, que se prolongaram até depois da adesão à Independência, e para assim dizer, emendando com os lutosos dias da Cabanagem, havendo sido uma medida quase que paliativa a ida do Bispo D. Romualdo a Cametá a pedido da Junta de 17 de agosto de 1823, logo depois da proclamação de D. Pedro. (Palma Muniz Apud, PINTO, 2004).

Nas afirmações de Pinto, são vários os documentos do final da segunda metade do século que relatam a existência de quilombos e fugas de escravos na região do Tocantins. Pinto se refere a algumas notas publicadas no jornal a província, de 1877, se referindo ao quilombo de Itapocu (PINTO, 2007) como a seguinte:

“Ilmo. Sr. Redator, tendo V.S. tomado em consideração os nossos reclamos sobre o quilombo de Itapocu e por intermédio de quem outros jornaes se tem ocupado do mesmo assunto, pelo que muito felicitamos, esperado que o governo tem em consideração o estado grave que de dia para dia aumenta; levamos a sua presença uma relação dos que existem fugidos somente desta comarca, que de momento lembramos para V.S. ter a bondade de mandar publicar, prometendo-lhe ir mandando relação dos mais de que fomos informados (...)” – Cametá, 28 de Julho de 1877 (A Província do Pará, 1877, APUD PINTO, 2007, p.32)

Para Pinto, na região Tocantina, “mais especificamente no município de Cametá, durante a segunda metade do século XVIII, foi construído o Quilombo do Mola, um dos mais importantes palcos de resistência negra no Baixo Tocantins” (PINTO, 1995).

“A povoação do Mola está localizada nas cabeceiras do igarapé Itapocu, um braço do Rio Tocantins. Este já quase extinto povoado foi um dos mais importantes focos de resistência negra no município de Cametá e na região tocantina. Estima-se que o quilombo do Mola ou do Itapocu foi formado na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de 300 negros e sob a liderança de uma mulher, denominada de Maria Felipa Aranha. Seus habitantes viveram ali por vários anos sem serem “ameaçados” pelas forças legais” (PINTO, 2007, p. 31).

Segundo as afirmações de Pinto, o quilombo do Mola foi o grande responsável pela criação de outros quilombos na região Tocantina.

“O medo da reescravidão e as dificuldades enfrentadas para sobreviver acabaram ocasionando a formação de quilombos, como é o caso de Bom Fim, Tomásia, Laguinho, Boa Esperança, Porto Alegre, Matias, Itapocu, e João Igarapé”. “Na luta pela liberdade e sobrevivência os negros iam construindo outros redutos – novos mini-quilombos” (PINTO, 2007, p.35).

Segundo esta mesma autora, a ameaça da reescravidão era um dos principais fatores de dispersão dos negros habitantes dos quilombos, uma vez que existiam expedições, organizadas pelo governo e também pelos donos dos escravos fugidos, que visava a recaptura destes negros, que na maioria das vezes refugiavam-se em quilombos ou mocambos (PINTO, 2007, p. 43). Diante dessa situação de medo, os quilombolas viviam em alerta, sempre prontos para lutar ou fugir. Sobre a povoação de Itapocu há uma memória herdada dos mais velhos habitantes narrando episódios de aproximação de forças legais e expedições cabanas culminando com fugas dos seus habitantes antes mesmo do primeiro contatos, propiciando a formação de outros povoados menores ou mini-quilombos (PINTO, 2005). Conforme pode ser observado na fala de dona Maria de Nazaré Coelho do Espírito Santo, moradora de Itapocu,

“meu marido cuntava, que os avós deles cuntavam, que esses pretos andavam fugido, só à noite, que nos tempo que eles tavo fugido, ele só viajavam de noite por que não podiam sair de dia, a lei aquela época era de matar o preto, acorrentar. Quando, eu ouvia dizer de quilombo, o mais falado era o Mola, que ele foi o princípio, daí se espalharam, e quando pegava pro lado deles, eles fugia, e quanto mais longe do povo, mais longe das pessusas melhor. Se ouvia dizer no Mola, lá que era forte, agora pra cá é que eles já saiam, e viajavam de noite. Eu ouvia a minha sogra falar que eles se espalharam, pra eles andare, tinha que ir pelo mato e pra num deixar o rastro eles tavo no pau, quebravo pau na mata pra ninguém vê pra onde tavo indo. Minha sogra era do Mola e ela falava, agora se eles chamam de quilombo eu digo que era por causa disso” (Maria de Nazaré Coelho do Espírito Santo, 65 anos).

É nesse cenário que se percebe a formação de quilombos como resultante da fuga e resistência contra a escravidão. O historiador Flávio Gomes, faz menção a uma denúncia de levante escravo de grande proporção que ocorreu na região do Tocantins, na localidade de Cametá, em 1774, onde “dezenas de escravos pertencentes a Antônio de Medeiros abandonaram as senzalas e desceram de canoas pelo Rio Tocantins, dando salvas de tiros por onde passavam. Os motins de tropas militares e deserções de soldados nessa região eram um outro problema crônico” (GOMES, apud PINTO, 2004, p. 44). Desta forma, pressupõe-se que os diversos quilombos que se formaram na região de Cametá sejam resultantes das fugas de negros escravizados (PINTO, 2004, p. 44).

Pinto menciona, que “os quilombolas, quando ameaçados tanto pela reescravidão quanto pela sobrevivência, adentravam matas, rios e igarapés no interior da floresta, reproduziam novos mocambos, como ocorreu com a povoação do Mola” (PINTO, 2004). De acordo com Pinto, este foco de resistência teria sido referencial para a formação de outros povoados negros, que se constituíram nas proximidades:

“No distrito de Juaba, o quilombo do Mola serviu de referencial e ponto de partida para a formação de outros núcleos populacionais negros, que até meados do século XIX se caracterizaram como mini-quilombos, como foi o caso de Porto seguro, Puxa Regue Campo Limpo, Seringal, Laguinho, Tomásia, além de outros, todos oriundos do Mola” (PINTO, 2007, p. 43).

Neste sentido, conforme destaca a oralidade local, os povoados de Tomásia, Itabatinga, Laguinho, Itapocu, além de outros, surgiram a partir do quilombo do Mola. As fugas de negros resistentes do processo escravista e a formação de novos núcleos populacionais são evidenciados a partir do revisitar da memória dos moradores da povoação de Itapocu e de outros povoados vizinhos, cujas lembranças das falas dos mais velhos ainda insurgem de forma saudosa e eufórica, como narra o senhor Marciano do Espírito Santo, morador de Itapocu,

“(…) meus avós falavam sobre os “fugidos”, no tempo em que eles passavam por Mola, Itapocu... Sobre esses negros, eu num sei lhe dizer, eu uvia contar a história dos fugido, quando seguira pra Tomásia, Laguinho, tudo por aqui vinha se dividindo, eles trabalhavo na cortura pra sobrevive” (Marciano do Espírito Santo, 81 anos, morador da povoação de Itapocu).

Segundo os relatos de seu Marciano, as fugas eram a única alternativa que os negros tinham para garantir a sobrevivência, através destas os “fugidos” como denominou seu Marciano procuravam sua liberdade.

Portanto, conforme mencionou Funes, era na busca pela tão sonhada liberdade, que muitos negros se embrenhavam matas adentro, por rios e igarapés sozinhos ou em grupos para construírem suas vidas. Através destas ações surgiam os quilombos, símbolo de resistência contra a escravidão, um lugar onde os escravos se contrapunham diante da sociedade escravista da época, um espaço social alternativo ao mundo do senhor, onde ser livre foi à maior experiência vivida pelos escravos (FUNES, 1996).

Era nos quilombos que as várias versões de uma vida estava sendo representada, neste local de resistência os escravos fugidos reafirmavam seus valores sociais, culturais reconstituindo sua identidade nos traços oriundos de sua pátria, estabelecendo assim a tão almejada liberdade (FUNES, 1996).

## **2. HISTÓRIA E MEMÓRIAS DOS ANTIGOS QUILOMBOS DO BAIXO TOCANTINS**

Pinto destaca que, a região do Tocantins foi marcada pela existência de vários quilombos, alguns foram destruídos, outros jamais foram descobertos. “Os quilombolas, diante das ameaças de reescravidão e dos riscos de aniquilamento, adentravam pelas matas, rios e igarapés, e no interior da floresta organizaram novos mocambos, como ocorreu nos municípios de Cametá, Mocajuba e Baião”. Os vestígios desses redutos negros ainda permanecem na região, e suas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de seus descendentes que vivem nos povoados remanescentes (PINTO, 2010).

Na região do Tocantins, vários povoados negros rurais têm suas origens marcadas pela existência desses redutos de fugitivos, cujos traços culturais são fortemente marcados pela mistura de crenças e credos religiosos afros e indígenas, que ao constituírem os mocambos ou quilombos da região, compartilhavam meios de crer, lutar e sobreviver (PINTO, 2004). Embora haja escassez de documentações escritas referente aos redutos de resistência negra na região, envereda-se por outros caminhos, elegendo

outras fontes de estudo (PINTO, 2004). Neste sentido, o presente trabalho desenvolve-se mediante a utilização de outras fontes documentais, como: relatos orais, entrevistas, histórias de vida e conversas informais, coletados a partir da pesquisa de campo, que me proporcionou momentos ímpar de observação e convivência com os moradores da povoação de Itapocu.

Por meio da abordagem com característica etnográfica foi possível fazer a descrição cultural do povoado de Itapocu, além de possibilitar o uso de técnicas como a observação direta das atividades do grupo estudado, entrevistas, análises de documentos, como declaração de posse de terra, certidão de batismo, casamento e óbitos, entre outros. Nessa perspectiva o cruzamento de fontes escritas junto com relatos orais e fontes imagéticas permitiram as análises de composição do presente estudo. Porém, a observação participante foi de fundamental importância, pois possibilitou a minha interação no povoado em estudo.

A partir da utilização das variadas fontes neste estudo, procurei compreender os fundamentos da prática de investigação, assim como, a importância dos registros oficiais fotográficos, documentais, relatos e histórias de vida. Seguindo as análises de Paul Thompson, (1992) que demonstra a utilização das entrevistas e seu uso, na pesquisa de campo, procurei me fundamentar de suas análises, “entrevista na pesquisa em educação é como instrumento largamente usado, ela frequentemente é tomada como uma simples técnica a ser dominada, sem que se proceda a um exame radical dessa concepção e de suas importantes implicações” (SILVEIRA, 2007, p. 118).

Sobre a importância dessa metodologia faz-se necessário a experiência que ela nos dá a partir da relação com as pessoas. Além de aprender com essas falas, se compreende mais o outro, mais do que quando nos encontramos apenas com os documentos. Essa seria a vantagem, ao ler as fontes escritas pode-se encontrar as lacunas, que a história oral pode ajudar a preenchê-las (PETIT, 2012).

Portanto, é através das técnicas da história oral que se busca reconstituir o processo histórico da comunidade remanescente de quilombola de Itapocu, no município de Cametá. É mediante as experiências dos sujeitos mais idosos da comunidade que se está estabelecendo uma ligação entre o passado e o presente, neste revisitar da memória (PINTO, 2007). Como defende Portelli, se faz necessário retrair os paradigmas que supervaloriza as fontes escritas, em detrimento das fontes orais. Visto que muitas fontes documentais foram escritas de acordo com os interesses das ordens dominantes e repressoras e podem também ter falhas (PORTELLI, 2010).

Contudo, é preferível não negar a importância das outras fontes como, documentos oficiais. Estamos sempre dialogando com outras fontes, pois a intenção não é transformar as falas em verdades (THOMPSON, 1992). Para isso fez-se uso, também, de fontes de pesquisa provenientes da cultura material existente nestes povoados, e das várias imagens fotográficas feitas no transcorrer da pesquisa; captadas nos formatos e distanciamentos das casas e do cotidiano, no qual estive presente.

Embora a utilização da memória oral tenha sido fonte principal, o diálogo com fontes escritas e imagéticas disponíveis foram feitas no intuito que complementasse a outra na composição deste estudo, pois ambos são valiosas, e quando encontram-se em conjunto, proporcionam a complementação uma da outra para uma melhor interpretação (THOMPSON, 1992). De tal forma que, o interesse em conhecer a história oral foi sendo aguçado ainda mais, já que os debates acadêmicos englobam uma discussão muito ampla sobre a utilização de fontes orais e escritas. Logo através das leituras bibliográficas presente no decorrer deste trabalho, foi possível compreender o quanto é significativa a história oral e, principalmente, como os relatos orais, as entrevistas são instrumentos importantes para a construção do conhecimento de um continente, país ou simplesmente de um povoado (THOMPSON, 1992), como é o caso do povoado, remanescentes de quilombolas de Itapocu, no município de Cametá.

Isto implica na reconstituição das histórias de vidas de antigos quilombolas, contadas por seus descendentes, que ao revisitarem a sua memória oral demonstram a importância que a memória herdada dos mais velhos tem, na transmissão de valiosas informações a respeito da formação deste povoado. Além, de possibilitar a reconstrução de traços de práticas culturais e cotidianas, que firmam sua diversidade cultural. De modo, conforme afirma Thompson, que a história oral é construída e se faz presente na história em torno de pessoas (THOMPSON, 1992). Logo a história da comunidade remanescente de quilombola de Itapocu, percorre os caminhos dos ancoradouros da memória de seus habitantes para reconstituir e descrever a sua história de formação, conforme é possível observar na fala de dona Maria Amélia, uma moradora do lugar:

“fui levada a principio dos meus pais, avós, bisavó é parte do negro, que se trata como quilombola, a minha bisavó era de escrava, a minha mãe era descendente de escravo agora essa região aqui é tudo quilombola, a gente se entende como quilombola” (Maria Amélia do Espírito Santo, 77 anos).

Lembranças como estas de Dona Maria Amélia afloram no momento das conversas informais, quando o relicário de suas memórias liberam reminiscências remotas dos antigos habitantes do povoado de Itapocu, e ganham sentido através de suas falas, são os procedimentos simbólicos da memória, suas representações. Nas afirmações de Pinto, “as práticas, os saberes, as devoções, as crenças, as orações, os rituais simbólicos vão sendo repassadas oralmente pelos mais velhos aos seus descendentes”. “São memórias eivadas de significados, que buscam renovar e repassar na tentativa de construir e valorizar a identidade negra”. Dessa forma, a cultura dos remanescentes de quilombolas vai resistindo e sendo assimilada por meio da educação não formal, através da qual se adquire e acumula conhecimentos e experiências vividos cotidianamente (PINTO, 2004).



Imagem 2: Sr. Marciano do Espírito Santo, morador da Povoação de Itapocu, um dos guardiões da memória desta povoação. Fonte: PINTO, 2012, Acervo de Pesquisa.



Imagem 3: Sr. Benedito Gonzaga Coelho, morador da Povoação do Mola, líder comunitário e guardião da memória dos povoados negros rurais da região do Tocantins, um dos mentores da *Associação Terra da Liberdade*, que reúne os povoados de de Itapocu, Mola, Tomásia, Laguinho, Bom Fim, Itabatinga Médio, Frade e Taxizal. Fonte: PINTO, 2012, Acervo de Pesquisa.



Imagem 4 e 5: Sr<sup>a</sup> Maria Clara Arnoud Rodrigues e Sr. Agnelo Batista Rodrigues, dois moradores da Povoado de Itapocu, cujas memórias estão permeadas de muitas histórias deste povoado e das demais comunidades vizinhas. Fonte: PINTO, 2012, Acervo de Pesquisa.



## **CAPÍTULO II**

### **A POVOAÇÃO DE ITAPOCU NAS FALAS DOS SEUS HABITANTES**

## 1. MEMÓRIAS E (RE) CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA POVOAÇÃO DE ITAPOCU

O povoado de Itapocu localiza-se às cabeceiras de um rio ou igarapé, denominado de Itapocu, afluente do Tocantins, pertence ao distrito de Juaba, município de Cametá. O acesso ao povoado é difícil devido a sua posição geográfica e a precariedade dos meios de transporte. Para se chegar no Itapocu existem duas vias: a fluvial e terrestre. A terrestre segue diretamente da vila de Juaba, por estradas ou ramal vicinal, de carro, moto ou bicicleta. Se gasta nesse percurso cerca de 3 a 4 horas. A outra opção é a fluvial, quando se navega da cidade de Cametá pelo rio Tocantins em um barco de médio porte até chegar ao porto do Tibirinha, o primeiro morador da entrada do Igarapé Itapocu. A partir daí, o trajeto passa a ser feito em uma pequena canoa motorizada, chamada na região de rabeta ou rabudo, cuja viagem dura cerca de 1 hora para se chegar no povoado do Mola, de onde se a maré estiver cheia se prossegue de barco, caso contrário caminha-se a pé por cerca de 50 minutos para se avistar as primeiras residências de Itapocu. Com base na oralidade local, a história da povoação de Mola se confunde com a de Itapocu:

“tem até crítica desse Itapocu, cum Mola dentro. [O rio ou Igarapé Itapocu] Começa na boca do rio grande, e é no campo de natureza dentro do canarazá, abaixo do milagre, eu sei por que, eu passava muitas veze, e quando meu pai passava comigo ele dizia “aqui que termina Itapocu”. quando eu me entendi já era Itapocu é registrado, só que o Mola é o nome do sítio era uma povoação dos antigos, agora só que Mola é Itapocu”. (Maria Amélia do Espírito Santo, 77 anos).

É através da memória herdada da população local que vem a tona vestígios da história de formação dos antigos quilombos da região, resultantes de fugas e resistências contra o regime escravista de então. Nas afirmações de Almeida, quando se fala de quilombo é muito difícil se ter uma data precisa de sua formação (ALMEIDA, 2009). No caso de Itapocu acredita-se que este tenha sido formado entre os finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX:

“Na microrregião de Cametá ou região do Tocantins, no Pará, emergem evidências de que a mulher negra desempenhou com força, coragem e desenvoltura o destino de quilombolas. Assumindo, entre outras tarefas, a própria chefia de quilombos e posteriormente de suas comunidades

remanescentes. Como ocorreu com a negra Felipa Maria Aranha, que assumiu a liderança do quilombo do Mola ou Itapocu, localizado nas cabeceiras do igarapé Itapocu, um braço do rio Tocantins. O referido quilombo foi formado, na região, na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de 300 negros. Seus habitantes quilombolas, sob a responsabilidade desta mulher, viveram ali por vários anos sem serem “ameaçados” pelas forças legais” (PINTO, 2004).

Neste sentido, não se tem a priori uma data oficial e exata do surgimento do povoado de Itapocu. Pois, os mais velhos habitantes desta povoação ao serem indagados sobre tal origem, remetem-se ao antigo quilombo de Mola, a partir do qual os negros teriam se espalhados para outros lugares, onde os brancos, os donos de negros escravizados, não pudessem encontrá-los, e daí fugiam para mais longe, adentravam as matas da região para se organizar em outras comunidades de resistentes. Segundo as afirmações de Pinto, emergem evidências de que quando ameaçados pela reescravidão, fugiam para outros lugares, reproduzindo assim novos quilombos ou mocambos (PINTO 2004, p.23). Aliás, tais evidências também fazem parte da memória herdada dos descendentes de antigos quilombolas da região, conforme pode ser verificadas na fala do senhor Jarbas dos Santos,

“A minha mãe contava que minha bisavó era da raça negra, era fugida. Era pra lá que eles fugiam, eles fugiam com medo do branco, na época os negros tinham muita preferência pra venda, hoje a gente fala que é quilombola, era esses negros, tem até um terreno ai atrás, que se a senhora for procurar tem umas panelas, uns ferro. Tem muita gente que conta, mas ele contava que os negros tinham uma espécie de fiscal que vigiava num pau alto pra ficar espiando, ai eles se mudavam pra mais longe, escapavam pra não ser pego”  
(Jarbas Veiga dos Santos, 45 anos).

Da mesma forma, quando indagados sobre a origem do nome da povoação se remetem a expressão Itapucu ou Itapocu como derivado dos vocábulos: Ita, que significa pedra; e pucu, que quer dizer acari, uma espécie de peixe cascudo da Amazônia. Dessa forma, Itapucu significa lugar de *acari das pedras*, tal significado indica que seja um nome de herança indígena (PINTO, 2004). A maioria dos moradores deste povoado, como o senhor José da Paixão, alega que existem algumas versões indicando que,

“na língua indígena, Itapocu seria o Ita de pedra, e Pocu – comprida. Na escola do Cameté Tapera tá a geografia do Itapocu” (José da Paixão do Espírito Santo, Seu Paixão, 65 anos-Itapocu/2010).

O professor José da Paixão trabalhou durante 25 anos na escola da localidade de Itapocu e durante esse período foi responsável pela escola da comunidade. Contava que foi o segundo professor dali, se ausentou das suas atividades por problemas de saúde, já bastante enfermo durante as primeiras visitas que fez na referida povoação, veio a falecer em 26 de janeiro de 2012.

Na condição de educador José da Paixão, se considerava um dos portadores da história local e durante uma das entrevistas que fizemos, deixou claro o desejo que tinha da história de Itapocu ser registrada, virar livro, assim como aconteceu com história do Mola. Na concepção dele isso era muito importante para os habitantes de Itapocu, pois aqueles que não conhecem a história do lugar passaria a conhecer através de escritos e assim iam procurar saber mais sobre o lugar onde mora.

“já fui feito a história do Mola, não. Agora tem que ser escrito algo daqui, pra que outros que venho a conhecer, e se interessasse. Já tem [livro] do Mola só tá faltando daqui, e já se sabe!”. (José da Paixão do Espírito Santo, 65 anos).



Imagem 6: Professor José da Paixão do Espírito Santo e dona Maria de Nazaré Coelho do Espírito Santo, moradores da Povoação de Itapocu, Colaboradores da presente pesquisa cujo sonho é que a história de Itapocu seja registrada em livro. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa

No revisitar da memória do senhor Paixão, morador da comunidade, emergem também o desejo de que a história de Itapocu seja registrada, assim como as lembranças dos outros lugares foram contadas, para que a história de sua comunidade seja conhecida pelos mais jovens. Neste sentido, ao fazer menção sobre esses relatos da memória, visando o local que é a comunidade, é importante enfatizar o que Nora afirma que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Nesse momento de revisitar as antigas lembranças significa articular o passado, ainda que este se confunda com o sentimento de uma memória esfacelada, onde segundo Nora este esfacelamento se caracteriza como um despertar à memória ocasionando o sentimento de continuidade, em que a história preocupa-se o torna residual aos locais (NORA,1981,p.16).

De acordo com Funes, a memória revela-se como um fator de fundamental importância para a compreensão do processo histórico-social vivido pelos negros, pois é através da reconstituição da memória que insurgem os relatos orais e as histórias de vida daquela época. Para Funes, é a “história que está presente na memória dos mais velhos, bons narradores da saga de seus antepassados, que permitem resgatar um passado nem sempre revelado nos documentos escritos” (FUNES, 1996, p.467).

Neste sentido, de acordo com Thompson, a maioria das pessoas conservam lembranças, que quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos. Fato observado durante as entrevistas com os moradores. Na ocasião era visível o sentimento de pertencimento a cultura negra, nas palavras e nos rostos dos entrevistados que ao falarem sobre uma determinada pessoa da familiar, alguém que detenham o saber, as lembranças e as memórias das histórias dos seus antepassados, expressavam claramente esta reação, expressar os sentimentos terá sido, por si só, positivo. Porém, algumas lembranças desenterram sofrimentos profundos, não resolvidos, que realmente exigem uma reflexão mais prolongada (THOMPSON, 1992).

“Muitos historiadores orais têm chegado a dar-se conta de que, no fato do entrevistado ao dar uma entrevista essa pessoa passa um sentimento renovado de importância e de finalidade, algo por que esperar, até mesmo a força para lutar por novas esperanças. Podem também ter descoberto que nem sempre isso é tão simples” (THOMPSON, 1992, P.205).

Nessa perspectiva a memória é trabalhada pelos historiadores a partir da história, atualmente existem pesquisadores que não somente trabalham a História Oral, utilizam esta fonte em cruzamento com os mais diversos documentos oficiais. Desde muito tempo autores como Pierre Nora, procuraram trabalhar história e memória

correlacionada uma direto com a outra, isso confirma a premissa de que a História oral caminha junto com a comunidade, demonstrando assim que a evidência oral, transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mais também mais verdadeira (NORA,1981,p.14 ).

“Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. Memória é o fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1981, p.13).

Deste modo, Vanda Machado enfatiza que a memória realiza uma “revivência” dos fatos que são reatualizados pelos rituais, renovando-se e repetindo-se nas suas diferenças expressas em tempos e lugares. Neste sentido, a memória vai além, através dos fatos vividos em uma época em que a história e modo de vida, era arquivada em si. Dizendo de outro modo, a memória assume a condição de representações coletivas, trazendo no seu contexto a história de um povo (MACHADO, 1988).

## **2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA POVOAÇÃO**

Conforme dados levantados com os moradores, o dimensionamento da comunidade se deve ao rio ou igarapé Itapocu, deixando explícito que por onde ele passa, a localidade é assim denominada, Itapocu. Neste sentido, as dimensões que envolvem as povoações de Mola, Itapocu, Bom Fim são as mesmas, ou seja, Itapocu:

“Pra onde segue o igarapé Itapocu, é a comunidade de Itapocu. Bom Fim é Itapocu, aqui mais em cima é Tomásia, Itapocu segue sempre a esquerda... antes de acontecer a divisão de cima de Itapocu; por que da boca à cabeceira é Itapocu, Bom Fim é o alto Itapocu, ele faz parte. Agora houve a divisão, foi criado a comunidade, e foi dado esse nome (...) o Itapocu é o centro, queira ou não queira” (João do Espírito Santo, 72 anos).

Geograficamente o rio ou igarapé Itapocu, é considerado um braço do rio Tocantins, que prossegue rio adentro, pelas curvas que cada vez mais se estreitam, daí em diante, quem decide o percurso da viagem é a maré. Se estiver alta, continua-se

navegando em pequena canoa. Desta forma, a localização da comunidade na margem do Itapocu passa a ser reconhecida como estratégica para a entrada e saída dos seus habitantes (AMORIM, 2000).

Segundo Flávio Gomes, a localização geográfica dos quilombos estava diretamente relacionada com as atividades econômicas desempenhadas por eles. Nesse contexto, o rio Tocantins e seus afluentes ganham importância para o quilombo de Itapocu, uma vez que este rio representava um importante elo de contato e sobrevivência dos aquilombados. Pois, além de fornecer o pescado o rio também servia de meio para as transações comerciais com os regatões, com os quais os habitantes do quilombo trocavam os seus excedentes da produção com tecidos, munição e remédios (GOMES, 1995).

Segundo informações dos mais antigos moradores de Itapocu, o igarapé homônimo sempre foi uma das principais fontes de sobrevivência da população local, pois dele tiravam através da pesca artesanal peixes e mariscos para se alimentar. Esta propalada importância torna-se evidente quando se observa que a comunidade prolonga-se de acordo com o caminho percorrido pelo leito do rio, ou seja, a comunidade se localiza de acordo com o seu percurso. Da mesma forma, que este rio também é uma das principais vias de acesso dos habitantes de Itapocu, tanto para as localidades próximas quanto para a sede do município de Cametá. Embora a memória recorrente desta povoação ressalte este igarapé como símbolo de fartura para a sobrevivência dos seus, atualmente a erosão, decorrente de constantes desmatamentos que são feitos nos arredores, e até mesmo o tráfego dos barquinhos motorizados afugentaram peixes e mariscos. Como afirma dona Isabel Carvalho,

“agora se quiser depender do igarapé Itapocu, morre de fome, porque quase não se vê peixe e camarão” (Isabel Carvalho, 63 anos, moradora da povoação do Mola)

Desta forma, o extrativismo, a coleta e a pequena agricultura garantiam o sobreviver dos antigos quilombolas, o que torna evidente que as atividades econômicas desempenhadas pelos aquilombados estavam diretamente relacionadas com sua localização geográfica. Segundo Gomes, são poucas no Brasil as fontes tratando da economia dos quilombos, “mesmo para os grandes mocambos dos séculos XVII e XVIII, as informações sobre suas atividades econômicas apontam para uma agricultura de subsistência acompanhada pelo extrativismo, caça e pesca abundante”. Muitos mocambos produziam também excedentes em pequena escala (GOMES, 1995, p.43).

“Nas regiões onde se formavam os redutos de escravos fugidos no Brasil como também em outras partes do América (Jamaica e Suriname), a localização geográfica era um importante fator de garantia de sobrevivência e autonomia. Tal importância estava relacionada à constituição da economia dos quilombos e a proteção destes contra os permanentes ataques das expedições repressoras. Desta forma, a maioria das comunidades de fugitivos, sempre que possível se estabeleceram em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivo, fosse ela de exportação ou não, e dos pequenos centros de comércio e entreposto mercantis circunvizinho. Esta proximidade funcionava como estratégia econômica, uma vez que permitia a possibilidade de realização das pequenas trocas mercantis entre quilombolas, escravos e taberneiros locais, práticas comuns em toda a América durante o período escravista” (GOMES Apud PINTO, 2004, p.44-45).

As afirmações de Gomes são complementadas pela oralidade local, cujas lembranças fazem referências ao rio ou igarapé Itapocu como meio de transação econômica, através da qual antigos quilombolas e seus descendentes negociavam com marreteiros ou regatões que circulavam no leito deste igarapé para comprar farinha e outros gêneros e vender tecidos, fumo e munição. Dona Maria de Nazaré Coelho diz ainda lembrar que a comunidade se beneficiava do igarapé para tirar sua alimentação,

“Aqui, minha senhora, dava munto peixe, as pessoa, pego demais. Hoje as pessoas de Itapocu sobrevive, só da roça, se não for essa, nem fale, o açai também ajuda munto”. (Maria de Nazaré Coelho do Espírito Santo, 65 anos).

Aliás, ainda nos dias de hoje o igarapé Itapocu facilita muito a vida dos habitantes das povoações de Mola, Itapocu, Bom Fim, Tomásia e vizinhança, pois é através dele que saem para vender sua produção na vila de Juaba e na Cidade de Cameté. Assim, este igarapé ainda continua sendo a principal via de acesso dos habitantes destes povoados.



Imagens 7 e 8: Igarapé ou rio Itapocu, cujas águas carregam lembranças de outros tempos e deságuam teias de sobrevivência. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa



### 3. CULTURA E EDUCAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS E ESCOLARIZAÇÃO NA POVOAÇÃO DE ITAPOCU

A estrutura da povoação do Itapocu diferencia-se de outros povoados por apresentar uma distância maior entre as casas vizinhas, seguem uma reta, acompanhando o percurso do igarapé Itapocu. As residências adentram o caminho de acesso desta povoação afastando-se uma das outras. O barracão comunitário, que fica no centro do semicírculo dos outros povoados vizinhos, na localidade de Itapocu encontra-se na extensão desta povoação, ao longo do ramal vicinal de entrada. Contudo, as casas possuem traços rústicos, característicos em toda a comunidade: são cobertas com telha de barro ou palhas, as paredes de tábua ou em alvenaria, possuem piso de cimento ou de tábua. As casas geralmente obedecem aos mesmos padrões: sala, quarto e cozinha, tendo uma área, uma espécie de extensão da cozinha, pra fazer alguns serviços mais pesados, ou servir como depósito de materiais da roça.

As residências são humildes, com poucos eletrodomésticos, conforme afirmou o senhor Marciano do Espírito Santo, a situação melhorou mais a partir da chega da energia elétrica na comunidade: “aqui nós já passemos muita dificuldade, melhorou pro povo a condição, tem ajuda do governo”. O senhor Marciano refere-se ao fornecimento de energia elétrica, que chegou, no final de 2010, através do programa Luz Para Todos do Governo Federal. Com a chegada da energia elétrica, algumas famílias adquiriram alguns eletrodomésticos, como: máquina de lavar, televisão, e outros, que antes não poderiam possuir devido a ausência da eletricidade.

Ao longo do ramal de acesso à comunidade encontra-se uma estrutura de barro, como, indícios de que ali existiu alguma edificação. (queira ver imagem 10 e 11). Segundo a oralidade local aquela edificação teria sido uma antiga igreja erguida a muitos anos atrás. Os moradores não sabem a data exata de fortificação daquele resquício, mas acredita-se que ela já foi construída ainda durante o período escravista. Segundo seu Jarbas dos Santos, coordenador da comunidade cristã da povoação, existem muitos locais na comunidade que podem ser vestígios do período escravista, dos negros fugidos,

“tem até um terreno ai atrás, que se a senhora for procurar tem umas panelas, uns ferro, tem muita gente que contava, que era dos tempos dos fugidos, quanto mais se cava pra dentro da terra mais caco se acha, na

beira do igarapé, essas coisa era daquela época” (Jarbas Veiga dos Santos, 45 anos, moradora de Itapocu).

Não só na povoação de Itapocu podem ser encontradas evidências que demarcam vestígios do “tempo dos fugidos”, “dos resistentes da escravidão”, na povoação de Mola também se ancoram vestígios não só da cultura material, dos quais se destaca resquícios como correntes de ferro, moedas antigas, panelas de barro, âncoras e outros. (queira ver imagem 14, 15,16). Mas também, da memória herdada de seus habitantes insurgem lembranças que desenham a estrutura de uma antiga igreja com coreto e extenso arraial. Na fala de dona Maria Amélia esses achados seriam de tempos passados:

“os vestígios no Mola, da olaria do beneficiamento de barro do tempo dos fugidos. Quanto mais se cava pra dentro da terra mais caco se acha. (...) agora tem aqui atrás , onde meu pai murava, uma viaje meu pai trabalhava na plantação de feijão e na revirada da terra, nós achava, ferro, inchada, machado que naquele tempo era chamado rabo de galo, um machado, papai ainda encabu um machado achado de dentro da terra” (Maria Amélia do Espírito Santo, 77 anos).

Através dos relatos de dona Maria Amélia, podemos perceber que a cultura material desta população é vasta, quando se trata dos resquícios da época, não somente na fala de desta senhora, mas em outras falas pude perceber e até ter contato com objetos que foram encontrados na comunidade, no momento de se cavar a terra para cultivar a roça. É notório a riqueza material presente na comunidade. Desse modo, ao que tudo indica, inexistente uma preservação quanto a esses bens, muitos objetos os moradores guardam como recordação, outros são levados por curiosos.

De acordo com as observações presenciais na povoação remanescente de quilombola de Itapocu, estima-se que a população seja constituída por de aproximadamente 30 famílias. Conforme informa dona Gesilda Souza dos Santos, uma das coordenadoras da comunidade cristã local,

“Já se mudaram muitas famílias, hoje em Itapocu residem mais de 30 famílias, aquelas que frequentam a comunidade, só em casas tem mais de 30. Aqui a gente considera o Bom Fim, o Mola tudo Itapocu”.



Imagem 9 e 10: Vestígio da antiga igreja da povoação de Itapocu. Fonte: PINTO, 2011. Acervo de Pesquisa





Imagens 11 e 12: Estilo de casas da povoação de Itapocu. Fonte: PINTO, 2011. Acervo de Pesquisa





Imagens 13, 14 e 15: Cultura material, evidências que demarcam vestígios do “tempo dos fugidos”, “dos resistentes da escravidão.” Fonte: PINTO, 2011. Acervo de Pesquisa



Segundo a oralidade local, há vinte anos este povoado era composto por mais de 40 casas. Devido a situação econômica e educacional, algumas famílias migraram para outras regiões, em busca de melhores condições de vida.

“Aqui tem mais de trinta família, minha senhora, tem umas trinta de certeza. Os veterano que já foram, agora os galho que ficaram aqui, mais estaria se as família não se mudasse pro Juaba, Belém. Eles não se mudaria; foi por causa do estudo, eles não quere se tulo. Antigamente os pais não queria que os filho estudasse pra não escreve carta pro namurado” (Marciano do Espírito Santo, 82 anos).

A procura de melhorias é um fator que influencia, muito na migração da população de Itapocu, o que equivale que consequentemente a essa mudança, possa causar a desestruturação do povoado, um fator agregado a este, seria a escola.

Apesar do povoado possuir uma escola pública, é notável a insuficiência desta, pois a mesma atende alunos das comunidades vizinhas como: Laguinho, Itabatinga, Tomásia, Bom Fim e Mola. A escola de Itapocu, como a maioria das escolas rurais do município, possui apenas uma sala de aula, uma sala de coordenação, um refeitório e dois banheiros, além de uma pequena sala, onde funciona como depósito de material didático. A escola deste povoado enfrenta sérios problemas de estrutura física, ausência de formação de professores, ensino pelo sistema multiseriado, evasão escolar, sobrecarga de trabalho dos professores que tem de dar conta de outras disciplinas por não ter professores formados na área de atuação, são situações que forçam a escola funcionar em estado precário.



Imagem 16: Placa com os nomes da Escola da Povoação de Itapocu. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa



Imagens 17 e 18: Escola de Itapocu e sua extensão no barracão comunitário. Fonte: PINTO, 2011. Acervo de Pesquisa



O horário das aulas no período da manhã é de 07h30min até às 10h30min, quando não há merenda escolar. O horário normal é de 11h15min, e no turno da tarde é a partir das 13h30min até 17h45min. A escola atende do 1º ano do ensino fundamental até o 9º ano. Pela manhã estudam as turmas do 1º ano do ensino fundamental até o 6º ano, e a tarde os alunos de do 7º ano ao 9º. Como não há espaço suficiente, a turma do 9º ano tem suas aulas em um espaço improvisado, atrás da escola, onde deveria funcionar o refeitório. Enquanto que, para os alunos das turmas do 7º e 8º ano assistirem suas aulas foram improvisadas salas no barracão de festa e reunião da comunidade. Ressalta-se que entre o 1º e 4º ano as aulas ainda funcionam pelo sistema multiseriado.



Imagem 19: Professores José da Paixão do Espírito Santo e Fátima de Nazaré Borges. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa.

Segundo informações da professora Fátima Borges, a faixa etária dos alunos varia entre 3 a 18 anos, sendo que a maioria possui entre 13 a 15 anos de idade. O quadro de professores é de três profissionais atuantes. Atualmente a direção da escola está sob a responsabilidade da professora Fátima de Nazaré Borges, esta tornou-se professora responsável, após o falecimento do professor José da Paixão, que foi um dos primeiros professores do lugar. Anteriormente a escola era na casa da primeira professora do Povoado Maria Pimenta do Espírito Santo, falecida há 14 anos, era ela quem ensinava, segundo relatos comunidade, depois que houve uma demanda maior de alunos a escola começou a funcionar no barracão comunitário.

“... Eu estudei na época que era por livro, e o segundo livro, hoje seria a alfabetização, justo, esse grau de instrução era o ensino fundamental a 5ª seri, [...] minha esposa era professora Maria Pimenta, é o nome da escola, tem 14 anos de falecimento” (João do Espírito Santo, 72 anos).

De acordo com seu João do Espírito Santo a educação na comunidade, foi se desenvolvendo. É importante mencionar, que o professor Paixão com a pretensão de ver a comunidade se desenvolver, fez a doação do terreno onde foi construído o prédio escolar, em 2003. Ano em que a escola foi construída em alvenaria, foi inaugurada em 16/02/2003, com o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental de Itapocu. Contudo, a população local como forma de protesto e resistência, preferiu homenagear a Profª Maria Pimenta do Espírito Santo, ex-professora e antiga moradora de Itapocu, que muito contribuiu com a comunidade, fixando na entrada desta escola uma placa denominando de Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Maria Pimenta do Espírito Santo.

Em uma das conversas informais que tive com o senhor José da Paixão do Espírito Santo, pude perceber a cronologia da educação no povoado, este me contava que, antigamente o processo de educação se dava através de livros, as pessoas tinham que estudar o primeiro livro, o terceiro livro e o paleógrafo / (tipo de livro que visava o desenvolvimento de habilidades de leitura, tornando leitores aptos para decifrar diversos estilos de letras). Assim, quem estudasse o terceiro livro e o paleógrafo já saia preparado, ou seja, alfabetizado.

Vivendo o mesmo descaso pelo qual é tratada a educação brasileira, a povoação de Itapocu, assim como os demais dos povoados negros rurais da região Tocantina, os

habitantes destas povoações reivindicam melhor atenção na área educacional, pois sistema multisseriado ali adotado revela-se uma péssima alternativa de ensino. A população local luta atualmente por um ensino de qualidade, capaz de considerar as diferentes realidades, e que possa adequar o currículo oficial a vida cotidiana do seu povoado.

Sobre a diferenciação do currículo escolar para povoações remanescente de quilombolas, pode ser notado que na comunidade não há nenhuma diferenciação, bem como em outras escolas de áreas quilombolas, ribeirinhas e zona rural, o modelo utilizado segue o oficial do programa escola ativa.<sup>2</sup> Assim, como os livros didáticos a serem trabalhados, a didática oferecida pelo professor tem que ser adequada para a realidade, que é o ensino multisserie. No material utilizado pelo professor não foi constatado questões referentes a realidade do campo, discussões como as questões raciais e indígenas, porém elas aparecem, mas de maneira insuficiente, muito resumida, na maior parte é voltada para a Língua Portuguesa e Matemática. Sobre esse aspecto, Pinto enfatiza que,

“o currículo adotado nas escolas dessas povoações segue os mesmos padrões estabelecidos pelo sistema formal de ensino. Não considera o modo de vida e as experiências cotidianas dos alunos e demais habitantes das povoações quilombolas. Constitui-se formalmente, como abarcador de uma única forma de saber institucionalizado e universal” (PINTO, 2006, p.283).

Dessa forma o currículo empregado pela escola da povoação não enquadra a realidade do aluno, a educação quilombola que deveria ser tratada em suas particularidade acaba seguindo o currículo oficial advindo do sistema formal de ensino, em que a comunidade não interage com seus saberes tradicionais na realidade da escola de sua povoação, isso implica numa maior exclusão das populações remanescente de quilombo. Contudo atualmente devido a forma que o professor já é possível verificar que algumas atividades que demonstram a realidade da comunidade já estão sendo implantadas na comunidade. Segundo relatos de Aline de Souza, “algumas professoras agora já pedem pra gente fazer trabalho daqui do nosso lugar, a professora de ciência

---

<sup>2</sup> O Projeto Escola Ativa constitui-se num projeto instituído pelo Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Projeto Nordeste, com financiamento do Banco Mundial, do Governo Federal e parceria com estados e municípios. O Escola Ativa inspira-se na experiência da Escuela Nueva desenvolvida nos anos de 1970 na Colômbia e replicada em diversos países da América Latina da década de 1980. Voltadas exclusivamente para as classes multisseriadas, o projeto consiste em uma proposta metodológica (HAGE, 2010).

fez um trabalho que fala daqui da água do igarapé Itapocu, foi muito legal”. Experiências como estas fazem com que os alunos da povoação se sintam integrantes da realidade da sala de aula, ao relacionar os estudos da sala de aula com o tempo comunidade, os alunos se sentem valorizados.



Imagens 20, 21 e 22: Atividade lúdica desenvolvida pelo grupo de pesquisa na povoação de Itapocu. Fonte: PINTO, 2012. Acervo de pesquisa.

Foi constatado no decorrer da pesquisa que, a população tem aspirações na questão educacional. O desejo de que tenha uma escola com qualidade e infraestrutura, em que os jovens possam concluir seus estudos. No entanto, não se detectou na povoação a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como é realidade da

nossa região a maioria dos moradores da povoação não são alfabetizados. Na fala da Professora Fátima Borges é perceptível a vontade de que na comunidade se implante esta modalidade de ensino. Percebi durante a pesquisa que a maioria dos estudantes de Itapocu não chegam a concluir o ensino fundamental e os poucos que concluem, são obrigados a interromper seus estudos, pois na pretensão de seguir seus estudos estes devem se deslocar para a sede do município ou para a vila de Juaba. As influências para que isso ocorra são devido à falta de escola que atenda a demanda da escola, o fato de terem que se deslocar para a Vila de Juaba todos os dias, fator contribui para que muitos desistam de seus estudos, não somente este fator é evidente. Em alguns casos, os jovens saem da povoação e vão morar na cidade trabalhando em casa de família ou de algum parente, no entanto, as dificuldades em conciliar os estudos e o trabalho acarretam na desistência, ou quando a família não consegue ajudar no sustento, muitas voltam para povoação e não prosseguem seus estudos.

Sobre essa realidade é importante se observar as análises de Moraes, que apresenta as dificuldades que alunos de comunidade quilombola enfrentam para prosseguir seus estudos, dentre esses problemas está como se manter fora da comunidade de origens;

“Olhe, quando eu cheguei nesta escola era pauleira mesmo, porque eu sabia ler muito pouco, e ainda tinha o caso de eu ficar muito retraída assim, tímida. Às vezes até eu sabia as coisas que os professores perguntavam, mas quando eu respondia a turma toda ria parece que eu tinha vindo de outro planeta, aí eu calava. Depois, já na 6ª série não tinha mais isso, se acostumaram comigo, com o meu modo, e eu com o deles, e pronto. Mas, nos primeiros dias de aula, se eu pudesse sair voando dali, porque tinha professor que ainda me imitava. E depois descobri que era um cara beste metido a ser professor. (Fala de um ex-aluna da EMEF Santa Terezinha, Apud, MORAES, 2012).

Neste trecho é visível a carência dos alunos que saem do campo, para se adequar a uma outra realidade ainda não vivida. Na pesquisa verifiquei que o nível de escolaridade entre as meninas é diferente dos meninos, pois, enquanto os primeiros, na grande maioria vão morar em casa de família, seus estudos são estendidos mais do que os meninos que em certos casos não conseguem um ambiente familiar para residir estagnando seus estudos ainda no ensino fundamental. Episódio como este são reconhecidos pelos próprios alunos da povoação de Itapocu,

“é muito difícil a gente estudar eu não digo por mim, mais pelos meus colegas eles muitas da vezes sai com fome das casa deles, é muito longe, tem uns que é o Tabatinga do Bom fim, de lugares que é muito longe daqui e as vez eles nem termino o ano, por que chega o tempo da

roça, e eles tem que ajudar a família deles, daí a escola continua as aulas e eles nem estudam,. E nesse ano professora tem uns dez dos meus colegas que não vão mais estudar por que aqui não tem ensino médio em a gente não dá pra ir pra cidade, nem pra Tucuruí, eu tô muito triste mas não posso deixar só minha avó, eu acho que se a professora deixar eu vou repetir dinovo a oitava serie, só para mim não ficar parada [...] a maior dificuldade é o trabalho, por que eles muito tem que ir pra roça antes de estudar, muitos nem almoçam antes de ir pro colégio, chegam atrasado, e também o transporte, pois muitos vem de outros lugares de bicicletas enfrentando dificuldade pelo meio do caminho” (Aline Coelho, 16 anos, aluna da escola de Itapocu).

A realidade enfrentada pelos alunos da escola de Itapocu não é diferente dos demais, que vivem nas comunidades vizinhas, dividem-se entre as atividades da roça, onde trabalham com seus pais para ajudar no sustento da família e os estudos. Da mesma forma, se observa um número significativo de repetência e evasão escolar. De acordo com a estudante Aline, as dificuldades enfrentadas são muitas para seguir nos estudos.

Por outro lado, questões históricas e culturais locais já se fazem presente no processo educativo da escola, pois, alguns professores trabalham a realidade vivenciada pelos habitantes da comunidade no cotidiano da sala de aula. Visto que o envolvimento da realidade local tratadas nas atividades de aula contribui para que alunos e professores passam a conhecer, tanto a história de formação do seu povoado, formas de trabalho e resistências dos seus antepassados como suas práticas culturais. Trata-se, de uma contribuição para a valorização de suas festas, cantorias, danças e rituais, ou seja, suas práticas culturais, no intuito de que elas permaneçam vivas. A estudante Aline Coelho menciona que uma das professoras já trabalhou a questão da origem do povoado de Itapocu na sala de aula,

“a professora Rosilene falou sobre como foi fundado Itapocu, só superficialmente, ela indagou como foi criado... Em certa vez nos fizemos uma apresentação falando do samba de cacete que era dançado aqui” (Aline Coelho, 17 anos, aluna da escola de Itapocu).

Dessa forma, a escola oferece possibilidades de acesso de distintas culturas, fazendo com que o aluno perceba e entenda mais as diferenças culturais existente, de modo que o mesmo conheça a sua cultura e a de outros povos. Conforme prevê, a Lei nº 10.639, de 2003, que inclui no currículo da educação básica, das redes pública e privada do País, a temática história e cultura afro-brasileira e africana, que devem ser ensinada sem salas de aula de escolas publicas e privadas de todo o país:

“o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2006, art. 26-A, §1º).

Mostrando, desta forma, a necessidade de combater as discriminações e o racismo, e de trazer para o cotidiano da escola conteúdos ligados às suas origens. Contudo, ainda se observa, que mesmo com a existência da lei, os trabalhos sobre africanidades são poucos desenvolvidos na escola, parece que muitos docentes não ainda compreenderam a importância de uma prática pedagógica, que desfaça estereótipos e crie nos alunos sentimentos de pertencimento e orgulho de suas origens afro descendentes. Desse modo, atentar para as questões cotidianas, torna-se fundamental para integrar a educação o corpo físico da escola, e a comunidade (MARQUES, 2012).

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana aponta para a valorização da história e cultura dos Afro-Brasileiros e Africanos bem como o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais positivas. Desse modo em seu texto está expresso que,

“a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação [...] assegurando o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (DCNERER, 2004, p.9)

O texto da lei expressa também no,

“Art. 26 - A. § 1º O conteúdo programático a que se refere o capítulo deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, luta dos Negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro na área social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes À História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas da Educação Artística de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (SANTOS, 2009, 22 e 23).

Por outro lado, não só o currículo escolar da povoação está em debate, atualmente, há rumores entre a população local de que a igreja católica, a prelazia de Cametá, como estratégia de forçar o poder público a construir salas de aulas na zona rural, estipulou o prazo de 31 de dezembro de 2013 para que os barracões comunitários das povoações rurais e ribeirinhas não sejam mais utilizados como espaço físico da escola. No início de 2013, em uma reunião realizada com os moradores da comunidade, o então secretário de educação do município de Cametá, Prof. Gilmar Pereira da Silva, propôs que comunidade deva ter um conselho educacional, uma vez que esta medida poderá possibilitar o andamento de reestruturação da escola de Itapocu. Da mesma forma, atendendo as reivindicações da população local, teria como propósito reunir a escola de Itapocu com as demais dos povoados vizinhos, para que em consenso, ela seja cadastrada como uma escola polo,

“não acredite que um bom professor é aquele que ensina debaixo de árvore, é mentira, por que uma boa educação se dá com uma boa estrutura. E o compromisso da educação é que dê certo, que deixe no mínimo o prédio escolar, esse é o desafio, (...) o propósito de começar a estruturação da escola nesse semestre, cadastrar essa escola polo, que haja um pacto de haver uma escola polo, para não ter problema dos pais não mandarem os filhos para a escola” (Prof. Gilmar Pereira da Silva, secretário municipal de educação do município de Cametá).

De acordo com as afirmações do secretário municipal de educação do município de Cametá, a medida a ser utilizada seria provisória, uma vez que, na escola da comunidade existe demanda daí a necessidade de estruturar a escola para atender as comunidades próximas. No entanto, a população em consenso acredita que este modelo possa trazer melhorias pra não só a comunidade de Itapocu, mas para as de Tomásia, Itabatinga, Bom Fim, Mola, dentre outras que não tem o prédio escolar, muito menos, o ensino fundamental completo. Nessa perspectiva, a comunidade de Itapocu aguarda as melhorias educacionais, com a finalidade de que seus filhos possam continuar ou concluir os estudos na comunidade.

Na mesma ocasião se pensou em trazer para atender as comunidades um Centro de Referência de Assistência Social Quilombola (CRAS quilombola), que daria assistência as famílias cadastradas ou a se cadastrar nos programas sociais, como bolsa família, Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pro jovem rural, dentre outros.

Conforme declara a prof<sup>a</sup>. Alessandra Veloso, o objetivo destes programas na comunidade é fazer com que as crianças e adolescentes que encontram-se em

vulnerabilidade, no uso do álcool e outras drogas possam ser incentivadas por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar à escola, ou seja, este regime seria uma atividade extraclasse. Para isto, as crianças e adolescentes devem estar frequentando a escola e a jornada ampliada, ou seja, em um período as crianças e adolescentes devem ir para a escola e no outro devem ir para jornada ampliada, onde elas terão um reforço escolar, além de desenvolverem atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer (Alessandra Pereira de Carvalho Veloso, professora do Programa).

#### **4. MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS**

Observa-se que as práticas culturais como, dança, festas de santos, rezas funcionavam como uma interpretação simbólica das reminiscências dos remanescentes de quilombola, já que a maioria delas já não se manifestam como no passado, muitas delas só sobrevivem nas lembranças dos mais velhos, cujas afirmações revoam para um outro tempo, quando eram mais cultivadas e valorizadas:

“cheguei a dançar o samba de cacete, me levava aonde for. Cheguei a dançar, até hoje tenho paixão pelo samba de cacete, apesar de que os nossos parceiros tudo já morreram. E hoje a modernice, eles até crítico quem sai nesse lazer, nessas brincadeiras” (Maria Amélia do Espírito Santo, 77 anos).

Observei durante a pesquisa que a memória recorrente de todos os entrevistados da povoação de Itapocu pairam a respeito do samba de cacete, uma dança Afro-Brasileira, ritmada pôr instrumentos rústicos feitos pelos próprios moradores do povoado. Segundo afirmações de Amorim, é uma das mais belas manifestações populares realizadas no nordeste do Pará, que guarda resquícios daqueles que contribuíram para a formação da cultura brasileira (AMORIM, 1995, p. 25). Ressalta-se, que esta é uma das práticas culturais, que permanece viva no povoado, além das festividades de São Tomé e Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, padroeira do local, cujos novenários continuam agregando os habitantes de Itapocu e dos povoados vizinhos.



Imagem 23: oratório familiar, elemento comum nas residências da povoação de Itapocu. Fonte: PINTO, 2012. Acervo de pesquisa.

O Samba de Cacete ainda se faz presente na vida e memória dos mais velhos, pois quando falam desta prática cultural se emocionam, cantam, revivem momentos de trabalhos e festas, quando toda a comunidade se reunia:

“Tinha o Samba de Cacete, a festa do Perpetuo Socorro; essa até hoje tem, dia 26 de novembro a gente comemora. Mas, só a parte religiosa. Até antes, quando o pessoal fazia o cunvidado, tinha o samba, agora só tem ajuntoria, uma troca de dias. A pessoa reuni um grupo e cada dia um faz uma cuisa” (Marciano do Espírito Santo, 82 anos).

De acordo com os moradores de Itapocu que foram entrevistados, não se faz mais os convidados de planta e colheita como se fazia antigamente, onde trabalho e festa se imbricavam em muita alegria proveniente das longas fornadas de Samba de Cacete, onde dançavam homens, mulheres, velhos e crianças. Percebe-se, atualmente que não há na

comunidade uma interpretação simbólica da etnicidade em relação a cultura. Pois, parece que não há interesse dos mais jovens em conservar as tradições locais. Conforme afirmou o professor João do Espírito Santo,

“existia a reza de santo a adversos. A festa era anual; a dança era o samba de cacete, que agora é o samba de cacetada. A dança parou por que ninguém continuou, já não tinha mais influência, por que anteriormente, a mais influência era na época do plantio do roçado. Faziam aquela festa à noite, e de manhã iam embora pro roçado, junto com a mulherada, que também iam plantar. Tinha vez que terminavam lá no roçado, e não demora lá vem eles, tudo sujo, bater o tambor. E eles dançavam, era uma alegria, essa diversão se via” (João do Espírito Santo, 72 anos).

Portanto, os grandes convidados que antigamente eram realizados em qualquer época do ano, regado a samba de cacete, como acontece raramente em algumas manifestações festivas da comunidade, segundo os moradores mais velhos de Itapocu, já se perdeu. E, infelizmente, cada vez mais vai sendo esquecido, pois, os velhos que praticavam, e conheciam, muitos já morreram, e com eles, tanto o samba de cacete como outras manifestações culturais, que eram praticadas outrora, também estão aos poucos morrendo ou sendo esquecidas. Segundo Melo, o processo de reformulação se acentua na sucessão das gerações. E no “processo de transmissão de padrões de comportamento alguns valores são relegados ao esquecimento e outros novos são integrados” (MELO, 1986).

Portanto, muita coisa mudou nas festividades religiosas de Itapocu e na cultura dos habitantes desse povoado, uma vez que, o encerramento desta já não acontece de forma coletiva, com a colaboração e participação de todos como era no passado. Pois, nos dias de hoje, o momento profano da festa se tornou propriedade de particulares, onde a festa é animada com bandas musicais vinda de fora, e com a venda de bebidas visando o lucro de uma minoria. Neste sentido, os mais jovens não assistem e nem participam de festejos nos moldes de antigamente, quando os mais velhos eram os responsáveis pela festa, onde o som do tambor se espalhava na comunidade. Conforme descreveu (AMORIM, 2000). Atualmente, os mais jovens vivem e reinventam outro tipo de cultura, que não mais se assimila aquela dos antigos remanescentes de quilombolas, conforme dizem os mais velhos. Contudo, foi observado durante a pesquisa, que as crianças ainda têm participação ativa nas rezas e ladainhas, que são em homenagem ao padroeiro do lugar.

## 5. AGRICULTURA FAMILIAR: FONTE DE SOBREVIVÊNCIA

O povo negro desde o período escravista vem sofrendo muitas dificuldades numa sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação racial. Contudo, Segundo Pinto, vêm conseguindo sobreviver, consolidando suas comunidades a partir da condição social e da convivência com outros grupos, defendendo a liberdade, e estabelecendo espaços políticos e econômicos, reconstituindo formas de se expressar culturalmente, lutam por melhores condições de vida (PINTO, 2007).

A principal fonte de renda dos habitantes dos povoados remanescentes de quilombolas da região tocantina é a agricultura de subsistência, através da cultura das roças de mandioca, cujo os derivados, como farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, beiju são comercializados como a principal fonte de renda, quando o excedente é vendido para marreteiros na Vila de Juaba ou até mesmo na cidade de Cametá, sendo que o lucro da venda é destinado para complementar a alimentação e compras de vestuário (PINTO, 2007).

Outra fonte de sobrevivência dos habitantes de tais povoações, seria a aposentadoria por idade, de alguns idosos, além do programa social bolsa família, que alguns habitantes conseguiram. Essa complementação da renda, em alguns casos, é a única forma de sobrevivência de muitas famílias. Nesse cenário de escassez dos recursos naturais, seu Marciano do Espírito Santo, antigo morador de Itapocu, qualifica, o que ele denomina de “ajuda do governo”, como uma das formas fundamentais para manutenção da vida em Itapocu,

“subre a sobrevivência é da agricultura, agora diminuiu um bucado, melhorô pro povo a condição, tem ajuda do governo, quase todos recebe seu salário, então eles não faz tão grande, antigamente eles tinha que mete mesmo as unha, se não num subrevivia melhor, o preço do gênero melhorô, o que você arruma pra vender vende e é bem vendido. Por que agora corre dinheiro antes era tudo trocado, acabou a época do patrão, o patrão dava o que queria, hoje o povo ficô idependente de patrão” (Marciano do Espírito Santo, 82 anos).

Dessa forma, a economia da comunidade de Itapocu tem sua base na monocultura da mandioca, a principal atividade agrícola, da qual os trabalhadores locais extraem o produto para produção da farinha, destina ao seu consumo, e comercialização na vila Juaba. Sobre essa feira Pinto, analisa como um pequeno polo de intercâmbio comercial entre a povoação de Juaba e outras localidades vizinhas. A feira é realizada na praça São José e começa bem cedo, às cinco horas da manhã de domingo com a chegada dos roceiros das colônias e dos aglomerados rurais, que trazem seus produtos para venda (PINTO, 2007).

O trabalho na roça é desgastante e demanda tempo da colheita à produção, o serviço na roça envolve toda a família do trabalhador rural, dependendo do tipo de cultura e das etapas de serviços, essas famílias podem ou não obter lucro (PINTO, 2007). De acordo com Marciano do Espírito Santo, atualmente o serviço da roça vem tendo muito prejuízo,

“Itapocu tá produzindo pouco, por causa do transporte, duas coisa: o transporte e a largata, ela liquidô. Eles põe uma carrada da mandioca, quando ela tá sólida é cinco arqueiro, agora dá dois arqueiro, por que num tem, tem pouco” (Marciano do Espírito Santo, 82 anos, morador de Itapocu).

A partir de relatos como este, percebe-se o quão a comunidade de Itapocu é esquecida pelo poder público do município. Uma vez que, os moradores cobram da secretaria de agricultura a dedetização do plantio, medida que eliminaria proliferação de insetos na roça. Conforme o que foi acordado em plenária com o secretário de agricultura do município, Paulo Aviz estão sendo tomadas medidas paliativas, associadas a mecanização e a compra de mudas a comunidade. O intuito é a produção de gêneros alimentícios, destinados a compra para merenda escolar, são gêneros produzidos pelos agricultores da comunidade sem concorrência, com a finalidade de complementar a renda das famílias da comunidade.



Imagem 24 e 25: típicas casas de farinha de Itapocu. A farinha de mandioca é principal atividade econômica desenvolvida nos povoados negros rurais da região. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa.





Imagens 26 e 27: Peneira, alguidar, tipiti e pilão, objetos da cultura material de uso diário na povoação de Itapocu e demais povoações remanescentes de quilombolas da região. Fonte: PINTO, 2011. Acervo de pesquisa.





Imagem 28 e 29: Principal meio de transporte das povoações remanescente de quilombolas, utilizada para transportar os tubérculos de mandioca, e toda a produção a ser comercializada. Fonte: PINTO, 2011. Acervo de pesquisa.





Imagens 30 e 31: Comercialização da farinha de mandioca na feira da vila de Juaba. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de pesquisa.



## **CAPÍTULO III**

### **IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIALIDADE**

## **1- O MOVIMENTO NEGRO E A TITULAÇÃO DE TERRA: CONSOLIDAÇÃO DE LUTA.**

É de conhecimento geral que a história do movimento negro organizado no Brasil acontece em cada disputa local, referente a luta por direito legal instituído. O movimento negro acontece nas ações dos sujeitos sociais, que encontram-se politicamente organizados, levantando bandeiras de lutas acerca dos recentes debates sobre igualdade, democracia e justiça, temas estes que têm gerado tantas polêmicas no âmbito nacional. Principalmente, quando se trata das possibilidades de construção de políticas de ação afirmativa para negros. Políticas estas que ganham maior visibilidade a partir da implementação de cotas para negros em universidades públicas, e que somente entraram nas pautas de discussão quando os grupos se mobilizaram para reivindicar, daí então a função de atuação do movimento negro (PEREIRA, 2010).

Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo está em demonstrar os aspectos da história do movimento negro analisando a luta das populações quilombolas no que concerne a conquista, ou manutenção de seus territórios, no que diz respeito a demarcação e titulação destes.

Diante desta problemática, Domingues caracteriza o movimento negro como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Onde organizações e indivíduos lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, estas lutas estariam presentes nas práticas culturais, estratégias políticas, iniciativas educacionais. Fazendo com que diversidade e pluralidade sejam características desse movimento social (DOMINGUES, 2007).

Levando em consideração o fato de que o movimento negro gira em torno da questão racial, me lancei ao propósito de discutir a questão quilombola, na esfera da luta pela conquista do seu território. Visto que atualmente, muitas são as comunidades quilombolas no Brasil que lutam pela permanência ou reconquista de seus territórios ancestrais, e via de regra, estas entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do poder público ou privado. Pois, seus territórios continuam a ser vistos como áreas disponíveis à expansão de atividades econômicas ou como reserva a preservação (CARDOSO & GOMES, 2011).

Existem hoje no país, segundo a fundação Palmares, 1.573 comunidades quilombolas certificadas, 93 comunidades tituladas e 996 processos de regularização fundiária em curso. Dados como este mostram que as comunidades estão em processo de organização como forma de garantir seus direitos a terra. De acordo com Fiabani, a questão quilombola passou a fazer parte da agenda política de forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que esclarece a importância de reconhecer as propriedades das terras ocupadas por comunidades quilombolas, o Estado é obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes, o que caracteriza o reconhecimento de terras quilombolas (FIABANI, 2007).

Sobre essa discussão é importante lembrar que por muito tempo a “história oficial”, considerou os quilombos como lugares longínquos e isolados, constituídos exclusivamente por escravos fugidos. Partindo desta análise, o reconhecimento de terras quilombolas concerne no que Ratts caracterizou como “terras de quilombo” (RATTS, 2000). Foi com esta denominação que vários autores, nos anos de 1970 e 80, centraram seus estudos. Dentre esses autores destacam-se Alfredo Wagner Berno de Almeida (1996), Renato Queiroz (1983/2006) e Neusa Maria Mendes de Gusmão (1979 e 1995). Os estudos desses autores enfocam as modalidades de uso comum da terra pelas comunidades negras, ou seja, independente da forma de acesso à área territorial ocupada, o uso comum da terra é característica dominante em todas as comunidades quilombolas (RATTS, 2000).

No entanto, de acordo com Fiabani, os quilombos não podem ser vistos apenas desta forma, eles representaram uma importante forma de resistência ao sistema vigente e mesmo após a abolição continuaram a representar essa resistência. Desse modo, as comunidades quilombolas, ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, às quais elas têm absoluto direito, mas sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida (FIABANI, 2007).

Considera-se a lei de terras no Brasil datada a partir de 1850, um marco do processo de terra legalização, esta medida que garante o acesso à propriedade, ao ser elaborada nos parâmetros da Constituição de 1988, foi implementada como medida de reparação, ao invés de ser pensada como uma ampla democracia de reforma agrária, (ARRUTI, 2003). De acordo com a afirmação de Arruti, o Movimento Negro teria privilegiado historicamente a população negra e, somada a nova legislação, teria ganhado visibilidade dentro do “debate racial” no Brasil (ARRUTI, 2003).

Desta forma, Segundo Treccani, o processo de reconhecimento e titulação das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil tem gerado grande número de conflitos agrários, o que exige dessas populações uma articulação cada vez maior. Evidentemente que tais conflitos sempre existiram no país, em maior ou menor medida, mas atualmente tem adquirido outras formas, principalmente, a partir dos direitos conquistados por esses grupos. Treccani salienta ainda que, enquanto o Governo Federal não empreender medidas efetivas que assegurem os direitos das populações tradicionais ao uso tradicional de seus territórios esses conflitos continuarão reproduzindo injustiças e violências sobre as referidas populações. Cabe então dizer, que é tarefa do Estado assegurar a proteção dos direitos e o cumprimento das leis para que as populações tradicionais se vejam reconhecidas em suas especificidades pelo Estado brasileiro, para que assim sua cidadania seja efetivada (TRECCANI, 2007).

É importante lembrar que no âmbito nacional existe uma articulação quilombola que ativa o debate do movimento negro em diversas regiões do Brasil, com representatividade destas entidades fomentoras destas lutas. No estado do Pará, cabe ao Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) a organização estadual das lutas das comunidades negras. Na concepção de Treccani aconteceu no norte do país uma forte entrada do movimento social negro no meio rural, criando um maior vínculo entre esses últimos atores e as comunidades negras, o que foi essencial para a organização do movimento quilombola. Portanto, embora os movimentos sociais negros tenham nascidos de articulações mais centradas no Sudeste, é no Norte e Nordeste que o movimento social negro conseguiu estabelecer uma relação mais forte com as comunidades negras rurais. (TRECCANI, 2006).

Dessa maneira, o movimento negro, expresso em entidades organizativas visa o reconhecimento do direito à terra é a garantia da manutenção da própria cultura das comunidades quilombolas. Os direitos reconhecidos de segurança jurídica, obtidos através do reconhecimento de seu território é a base para a concretização dos demais direitos fundamentais considerados básicos como; educação, saúde, transporte (FIABANI, 2007).

## 1. TITULAÇÃO DE TERRA: O PARÁ EM FOCO

Segundo O'Dwyer a luta pelo reconhecimento de domínio das comunidades remanescentes de quilombos do Pará é um marco para os movimentos sociais, não só do Estado, mas de todo o Brasil. Assim, como ocorreu em nível federal, também no Pará essa consagração constitucional desenvolvida pelos quilombolas juntamente com o movimento negro teve forte influência do Centro de Defesa do Negro no Pará - CEDENPA. (O'DWYER, 2002). E para representar esta vitória há a inserção na Constituição Estadual do art. 322, que tem a seguinte redação:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição” (Constituição Federal, 1998 apud O'DWYER, 2002).

Treccani aponta que hoje o desafio é garantir que sejam respeitadas as características etno-sócio-econômico-culturais destas comunidades. Haja vista que, as comunidades que preservam a cultura Afro-Brasileira descendentes dos negros escravizados ou resistentes hoje são comunidades remanescentes de quilombos que preservam a cultura, memória e identidade de seus antepassados (TRECCANI, 2006). É importante, porém, enfatizar que as práticas culturais utilizadas por algumas comunidades, fazem com que os atuais territórios quilombolas ganhem uma dimensão de resistência.

Neste sentido, questões como esta de manutenção da cultura deverão ser discutidas entre a comunidade, pois quando se visa a titulação de terras quilombolas, as características de tais povos devem ser mantidas. Desse modo, a valorização das tradições culturais como, por exemplo, as festas tradicionais, músicas, além de outros, são inseridas na perspectiva de identidade da comunidade. O etno-desenvolvimento deverá levar em conta as condições específicas de cada comunidade (TRECCANI, 2006).

No Pará a propriedade da terra ocupada pelos quilombolas vem sendo discutida, de forma que, a tramitação dos processos administrativos, possam garantir a efetivação desse direito, está garantindo no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e a

Instrução Normativa INCRA nº 20, de 19 de setembro de 2005, que nos dão os marcos legais atuais deste processo. De acordo com Treccani, é necessário lembrar que existiu títulos de domínio outorgado pelo poder público, que não foram levados a registro cartorial. Essa situação é bastante comum no Pará, onde foram detectados títulos definitivos de propriedades expedidos pelo governo estadual ou federal, que nunca tinham sido levados a registros. Desse modo, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) surge com o papel de articular entre as diferentes instâncias governamentais (TRECCANI, 2006). Destinando a ela: “assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária” (art. 4º do Decreto e 26 do INCRA).

De acordo com Treccani, uma série de medidas devem ser tomadas para se alcançar o título definitivo de terra, dentre a experiência do Pará aponta o levantamento de informações (TRECCANI, 2006).

“O relatório Técnico começará com o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas e históricas, constantes em depoimento dos quilombolas, documentos produzidos por órgãos oficiais ou por todos aqueles que podem ajudar a caracterizar este território. Nele deverão constar a planta e memorial descritivo do perímetro do território; o cadastro das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, especificando a atividade de produção principal, comercial e de subsistência; e o cadastro dos eventuais demais ocupantes e dos presumíveis proprietários de terras incidentes no território pleiteado” (TRECCANI, 2006).

Deste modo, com a expedição do título não terminam as obrigações do poder público, que deverá garantir aos remanescentes das comunidades de quilombos uma política agrícola e agrária específicas, recebendo dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinadas à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura (art. 19 e 20 do Decreto do INCRA 4.887/03).

Portanto, a titulação de terra no Pará depende de importantes aliados, esta luta empreendida, demanda inúmeras situações, em que os povos tradicionais possam realmente manter seus laços de ancestralidade. O reconhecimento dessas terras significa a garantia deste e de outros direitos aguardado ansiosamente por essas populações. São direitos que até pouco tempo era desconhecido por muito desses indivíduos (FIABANI, 2007).

## 2. TERRA DA LIBERDADE: ANSEIOS DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA DO TOCANTINS

As comunidades quilombolas, ao longo dos anos, mantiveram as tradições de seus antepassados por meio da história contada de pai para filho e criaram novos costumes. Todas elas continuam lutando, até hoje, para que seja reconhecido o patrimônio da sua história no passado e os direitos da sua cidadania no presente. (GOMES; OLIVEIRA, 2012).

A Constituição Brasileira de 1988 garante aos quilombolas o direito de herdar as terras ocupadas por seus antepassados e de que a sua cultura seja reconhecida como patrimônio cultural da nação. no artigo 68 do ato das disposições constitucionais no qual o governo tem o dever de entregar as comunidade quilombolas o título de propriedade de suas terras. “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado permitir-lhes os títulos respectivos” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.169). Apesar do que está escrito na constituição, e da luta dos quilombolas por seus direitos, ainda falta muito para que eles sejam reconhecidos.

Apesar das leis que garantem a posse de terra aos quilombolas, a comunidade de Itapocu enfrenta muitas dificuldades, quanto a legalização da área. Haja vista, que a referida povoação em todos esses anos não teve um representante direto ao governo, o que provavelmente facilitaria o processo. Assim como, esse direito viria outros específicos para as populações remanescente de quilombolas, devidamente legalizadas. A respeito da situação problemática pela qual as povoações remanescentes de quilombolas vêm passando atualmente, Acevedo Marin aponta o seguinte:

“Na Amazônia, o conflito é uma constante e as tensões sociais geradas nesse sistema de relações sociais costumam ser descritas como “conflito de terra”, “Conflitos fundiários”. Evidencia-se, dessa maneira, o enfrentamento que pode derivar de restrições ao uso da terra, dos recursos aquáticos ou de caminhos e situações que se combinam com deslocamento compulsórios. Portanto, os conflitos configuram-se de diversas maneiras, como ameaças, intimidações, despejos, raptos, estupro, espancamentos, torturas, prisões ilegais, trabalho escravo,

assassinatos, chacinas e massacres” (ACEVEDO MARIN, 2002, pp. 213-214).

De acordo com Acevedo Marin, esses confrontos serviram de principais motivações a povos se organizarem em sindicatos ou outras organizações em busca de seus direitos de acordo com os procedimentos legais (ACEVEDO MARIN, 2002). Nesse sentido, os descendentes de quilombolas de Itapocu, juntamente com moradores de outros povoados como, Mola, Tomásia, Laguinho, Bom Fim, Itabatinga Médio, Frade, Taxizal formaram uma associação de remanescentes de quilombolas, denominada de **Associação de Quilombolas Terra da Liberdade**. Esta associação foi fundada, em junho de 2009, a partir da iniciativa dos líderes dessas povoações, possui aproximadamente 76 associados, encontra-se totalmente legalizada, e sob a coordenação do senhor Manoel Raimundo Souza do Rei, Ressalta-se que os sócios da referida associação estão atualmente reivindicando junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e ao ITERPA (Instituto de Terras do Pará), e governo do estado, o título definitivo de posse suas terras, como terra de remanescentes de quilombolas.

Por ocasião da pesquisa de campo no povoado de Itapocu, tive a oportunidade de observar algumas atividades que são executados pela **Associação de Quilombolas Terra da Liberdade**, as quais não se restringiram somente na legalização das terras, mas também pela melhoria da questão educacional nas povoações remanescentes de quilombola. Havendo inclusive proposta desta associação para que fosse organizada uma assembleia com a presidência do sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá, prefeito municipal, secretaria de políticas agrárias, do município, secretaria de assistência social, secretaria de agricultura e secretario de educação do município de Cametá, objetivando reivindicar a construção de uma escola reunida para atender a povoação de Itapocu e comunidades vizinhanças. Dessa forma, a comunidade em acordo com o secretario municipal de educação de Cametá, tem como propósito de reunir a escola de Itapocu com as demais dos povoados vizinhos, para que em consenso, ela seja cadastrada como uma escola polo. Além de especular a extinção da modalidade de ensino multiserie nesses povoados, viabilizando a educação como direito de todos.



Imagens 32, 33 e 34: Reunião dos sócios da **Associação de Quilombolas Terra da Liberdade** para estabelecer metas em busca de melhorias para as povoações remanescentes que a compõem. Fonte: PINTO, 2010. Acervo de Pesquisa.



Nesta mesma ocasião, foi discutido o resultado da reunião entre o sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá com membros do ITERPA (Instituto de Terras do Pará), quando os associados e demais habitantes das povoações em questão sugeriram que se produzisse um ofício solicitando explicação porque até aquele momento ainda não tinham obtido resposta sobre a legalização de suas terras, ou seja, porque ainda não tinha conseguido o título definitivo da área remanescente de quilombola, cujas terras pertencem aos povoados que fazem parte da **Associação de Quilombolas Terra da Liberdade**. Visto que para a maioria dos habitantes destas povoações a associação simboliza mudanças futuras para as comunidades envolvidas:

“O que seria melhor pra nós aqui, era duas coisa, minha senhora, a saúde e segundo a educação suficiente, por que melhorava muita coisa. Primeramente, não precisava vir gente de outro lugar, pra lencionar, aqui já tinha gente suficiente daqui pra educar. E a saúde, deveria ser feito o mermo, um posto cum tudo. Se ele (enfermeiro responsável) num desse conta aqui, mandava pro otro lugar, como acontece em Cametá, se ele num dá conta encaminha pra Belém (Marciano do Espírito Santo, 82 anos).

A partir dos argumentos do Senhor Marciano do Espírito Santo, e dos demais habitantes da povoação de Itapocu e demais povoados vizinhos, se observa o quanto a população reivindica subsídios para suprir necessidades básicas como, educação, saúde e transporte. Nas falas dos moradores locais fica evidente as lutas por mudanças, para um outro momento histórico, quando organizados anseiam por melhorias. Conforme fala dona Maria Amélia do Espírito Santo,

“naquele tempo os negros era humilhado, medroso, agora não. Por que é que eles estudo? Por que a gente requere escola pra cá? Pra saberem que a gente é cristão, a gente é vivo, que a gente precisa de escola, uma agencia de saúde, pra gente daqui é uma grande cuisa”(Maria Amélia do Espírito Santo, 77 anos).

Neste sentido, a educação é o principal fator de luta dos habitantes das povoações negras rurais da região tocantina que se organizam em busca de mudança. Pois, como já foi ressaltado anteriormente, nestes povoados são poucos os jovens que prosseguem a vida estudantil ou conclui seus estudos.

“eu não queria que meus filhos não parasse de estudar. Mas eu não tenho condições que eles estudasse em outro lugar, uma vila ou outra cidade, eu sempre digo pros meus companheiros que tô lutando com

eles pra trazer essas melhorias pra cá também pelos meus filhos”  
(Jarbas Veiga dos Santos, 45 anos).

A **Associação Quilombola Terra da Liberdade** sobrevive mediante ao pagamento de uma quota mensal de seus sócios, para manter os custos de documentação e, quando necessário para custear viagens de seus representantes. Desta forma, a comunidade remanescente de quilombola de Itapocu tem suas reivindicações explicitadas através desta associação, e a população local entende que uma hora ou outra será ouvida, e as condições de sobrevivência tende a melhorar nesta povoação. É perceptivo nas falas das pessoas entrevistadas quanto aspiram por uma educação de qualidade, para que seus filhos tenham mais oportunidade. Da mesma forma, desejam que a saúde seja mais digna, pois consideram que ao se deslocarem do seu local de origem em busca de atendimento médico na cidade passam por humilhação na espera, tanto para marcar uma simples consulta, como fazer exames. E a organização em associação representa esperança para que o sofrimento termine, não mais atinja as gerações futuras, que os reflexos de suas lutas sejam os melhores possíveis, para que no futuro seus filhos e netos passem a viver dignamente nas terras que seus antepassados lutaram para se manter, e que tenham muito orgulho da sua história e dos seus ancestrais. Portanto, os membros da referida associação se organizam em busca dos direitos das comunidades associadas, demonstrando vantagem em relação as outras comunidades que ainda não possuem esse tipo de associação.



Imagens 35, 36, 37 e 38: Reunião agendada dos sócios da Associação Terra da Liberdade, com representantes do governo municipal de Cametá, onde estavam presentes os secretários de educação, agricultura, assistência social e chefe do gabinete. Fonte: SOUZA, 2013. Acervo de pesquisa.



Outra manifestação de luta é a regularização da terra, onde a associação em conjunto com a comunidade procurou averiguar a situação do processo de terra como andava a situação. Atualmente a comunidade remanescente de quilombola de Itapocu conta com uma grande vitória, pois no mês de junho de 2013 a presidência da associação constatou que o título definitivo de terra das comunidades membros da Associação Terra da Liberdade, foi aprovado, e a próxima fase seria a regularização da comunidade.

A chegada desta notícia nas comunidades foi recebida com muita alegria pelos moradores, pois agora a comunidade vivencia um momento único, o fato de serem regularizadas, pode significar a chegada de melhorias para as comunidades quilombolas. O morador da comunidade de Tomásia e membro da Associação Terra da Liberdade, Raimundo Rodrigues Borges, relatou que a área reconhecida servirá para o sustento das

famílias que moram ali, que sobrevivem da produção agrícola dos produtores da comunidade. Onde a principal produção é o cultivo da mandioca, com a fabricação da farinha e seus derivados. Nas comunidades também as famílias vivem da criação de animais. Segundo este associado, as negociações e o reconhecimento da área durou aproximadamente cinco anos. Raimundo Borges resalta também que, a meta da associação é realizar, juntamente com as demais famílias das comunidades vizinhas projetos de geração de renda para a comunidade,

“O título pra nós é tudo, por que agora nós vamos poder fazer os nosso projeto, agora nos temo o título de terra... A maioria das pessoas não sabe o significado dessa vitória muito importante, todos ficaram satisfeitos, por que antes o medo era de que pudesse ter invasão” (Raimundo Rodrigues Borges, 35 anos, Professor na a localidade de Itapocu e Bom Fim).

Nos relatos do Prof. Raimundo Borges, pode ser evidenciado o quão é significativo o título definitivo de terra, na perspectiva deste morador da comunidade tem a possibilidade de crescer economicamente a partir da implantação de projetos para a comunidade, conforme foi mencionado, diz respeito às ações desenvolvidas pelo Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR), apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), esta parceria atende a comunidade sócias da Associação Terra da Liberdade, suas ações são voltadas para os programas de combate ao trabalho infantil, às ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes, além de possibilitar para as comunidades o desenvolvimento de uma economia solidaria.

A implantação deste projeto nas comunidades consiste na construção de uma malharia comunitária, onde os habitantes da comunidade possa se organizar para produzir artigos para serem comercializados visando gerar renda para seus habitantes. Além, da perspectiva se construir três casas de farinha comunitárias, que serão implantadas em comunidades diferentes, com o objetivo de fabricar em grande escala a farinha de mandioca. Por fim discuti-se, atualmente, a fixação do projeto de pequenas criações, que a comunidade ainda vem debatendo para entrar em consenso que tipos de animais serão criados, levando em consideração a realidade local. É importante destacar que estas medidas são acompanhadas por técnicos, que executam na comunidade oficinas para habilitar os moradores a dar continuidade aos projetos.

Por outro lado, a comunidade tem em vista, sua inserção no projeto da casa própria, conforme informa o professor Raimundo Borges, que se mostra muito interessado que o programa “minha casa minha vida”, chegue às comunidades

quilombolas da região. Haja vista que após a titulação da terra eles já podem comprovar que são legítimos donos do território. Se faz importante destacar que “minha casa minha vida” é um programa do governo federal que acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, envolve famílias que estão organizadas por entidades organizativas, assim entendido as cooperativas, associações ou entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.



Imagem 39: Senhor Raimundo Borges, morador do povoado de Tomásia, professor nas povoações de Bom e Itapocu e um dos socios da **Associação Terra da Liberdade**. Fonte: **PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011**

Atualmente os membros da associação pensam em aderir esse programa para beneficiar aquelas famílias que encontram-se em situação de carência habitacional, que moram em casas de parentes ou cedidas por alguém da comunidade. Para o senhor Raimundo Borges, a titulação de sua terras é importante porque tras uma certa segurança para os moradores das comunidades remanescentes de quilombolas, cujos

habitantes se tornam donos definitivos dos espaços onde viveram seus antepassados. Da mesma forma, o título definitivo de terras de quilombos é um documento que também beneficia as comunidades no sentido poderem financiar diferentes projetos pela Caixa Econômica Federal, capazes de trazer melhorias financeiras para seus habitantes.

Enfim, enquanto se terminava a escrita final deste trabalho de conclusão de curso, intitulado “*Na Boca do Rio Itapocu Desaguava um Quilombo*”: *história, memória e educação no povoado de Itapocu, Município de Cametá-Pará*, os habitantes de Itapocu, Mola, Tomásia, Laguinho, Bom Fim, Itabatinga Médio, Frade e Taxizal, que fazem parte da **Associação Terra da Liberdade**, encontravam-se em preparativos para festa de recebimento do título definitivo de suas terras das mãos do governador do Estado do Pará, cuja data de entrega ainda não estava marcada, porém as expectativas dessas comunidades crescia cada vez mais neste momento. Pois, acreditam que ocorrerão importantes transformações, que almejavam há bastante tempo, e que agora se tornarão realidade, principalmente, no que diz respeito a melhoria no atendimento a saúde, educação e transporte de qualidade, ações tão esperadas pelos habitantes das comunidades negras rurais da região do Tocantins. Talvez estes sejam os primeiros reflexos de décadas lutas dessa população, que agora, conforme acreditam, começam a se concretizar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se tenha uma data precisa da fundação da povoação de Itapocu, há evidências ancoradas na memória oral da comunidade e alguns indícios documentais escritos que demarcam sua origem a partir da segunda metade do século XVIII. As lembranças herdadas dos velhos e velhas desta povoação e dos povoados em torno foram de fundamental importância para este estudo. Pois, na fala dos moradores mais idosos da povoação, aparecem lembranças que fazem alusão as reminiscências da presença negra e de sua participação na história da região. Os relatos orais e as histórias de vidas dos entrevistados estão matizados de memórias revoadas de tempos passados, cujas apropriações demarcam as intensas fugas de negros resistentes, de fugidos e da formação de redutos negros, os quilombos ou mocambos na região do Tocantins. Da mesma forma, são remetidas aos temores despertados pelas forças legais por ocasião das expedições de captura dos negros que fugiam, que eram sempre supervisionadas pelos senhores donos de escravos.

Ressalta-se, que não só na oralidade local fica evidente tal fato, pois no decorrer da pesquisa encontrou-se documentos escritos (como notas do jornal A Província, publicadas 1877) e resquícios da cultura material, que evidenciam as fugas de negros escravizados e a existência de quilombos na região do Tocantins. Neste sentido, não se pode ofuscar a importância da natureza nesses vários redutos negros, pois ela foi de suma importância para a manutenção dessa comunidade. Uma vez que, era mata adentro que os refugiados encontravam o meio de sobrevivência.

No decorrer dos anos, a comunidade de Itapocu sofreu profundas mudanças, e essas demarcam o principal fator que levou com que os habitantes dessa povoação deixassem de manifestar suas práticas culturais, porém a valorização da constituição história e da identidade cultural da população remanescente de antigos quilombolas faz com que a comunidade mantenha seus princípios, lute por melhorias, seja na educação formal, no que diz respeito a estrutura física da escola ou na educação informal, que é repassada na prática, no convívio dos habitantes da povoação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa que culminou na composição deste trabalho ficou evidente o quanto ainda é marcante os traços da cultura negra na povoação de Itapocu e nas povoações vizinhas, não somente na reconstituição da história de formação do povoado, mas na presença marcante dos indivíduos, nos traços

culturais, quando se ouve eco do som do Samba de Cacete, nas diversas formas de trabalho, na forma de cultuar os santos padroeiros ou de devoção, na estrutura do povoado, são aspectos que fazem aflorar heranças da cultura negra.

Ao conviver entre os habitantes do povoado de Itapocu, pude observar, que além da distância da comunidade para a cidade de Cametá, os moradores enfrentam dificuldades diariamente em relação a qualidade da educação, as péssimas condições de saúde dentre outras necessidades básicas. Da mesma forma, verifiquei que o processo educacional do povoado perpassa a vida dos habitantes por meio do ensino formal e não formal, através dos saberes, costumes, crenças, religiosidade e praticas culturais repassadas cotidianamente pelos mais velhos aos seus descendentes.

A partir das atividades desenvolvidas no projeto **História, Memória e Educação Quilombola no município de Cametá: o povoado de Itapocu na fala dos seus habitantes**, que comecei a executar em meados de janeiro de 2010, na povoação de Itapocu, região do Tocantins, na condição de bolsista PARDC/FAPESPA, vinculado a pesquisa **Inclusão no Processo Ensino-aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará**, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto, passei a exercitar um caminhar ainda tímido pelas tramas da pesquisa, foi me familiarizando com técnicas e diferentes tipos de fontes de pesquisa, que de uma forma ou outra poderiam responder minhas indagações de aprendiz de pesquisadora. E, foi nesse exercício, tendo por base a fonte oral, através de relatos orais e histórias de vida, que elaborei o presente trabalho. Contudo, não me detive só na oralidade, cruzei esta com outros documentos, e assim, estabeleci diálogos com fontes escritas tais como, certidões de nascimento, casamento, doação de terra, óbito, cartas, diários, moedas, roupas, utensílios domésticos e outros objetos biográficos) e imagéticas, as várias imagens fotográficas que foram feitas no decorrer da pesquisa e aquelas dos acervos familiares que pude ter acesso. Ressalto que tentei fazer esse diálogo de maneira que uma fonte pudesse complementar a outra.

Nesta perspectiva, o presente trabalho me possibilitou conhecer melhor os desdobramentos educacionais no que se refere a Lei 10.639/2003, e como ela é vivenciada na povoação remanescente de quilombola de Itapocu. Verifiquei que os moradores mais velhos desta povoação, ainda relembram a história de formação deste povoado e ainda vivem um pouco da realidade cotidiana de seus antepassados, no que diz respeito aos hábitos e costumes. Pois, ainda hoje utilizam o principal meio de sobrevivência a agricultura de subsistência, tendo como base a produção e a venda da farinha de mandioca e seus derivados. Da mesma forma, ainda é visível elementos

culturais herdados de seus antepassados tais como, organização espacial, no que refere as formas das casas, os festejos religiosos, a prática cotidiana entre seus moradores, a economia que gira em torno da produção e venda da farinha de mandioca e de seus derivados e o Samba de Cacete que são elementos que remetem a cultura negra quilombola.

No entanto, quanto ao processo educacional, muito ainda precisa ser feito para que os anseios da lei sejam efetivados, uma vez que muitos professores em seus relatos enfatizam acerca das dificuldades enfrentadas na educação, devido a falta de escolas de qualidade, as dificuldades do ensino multisseriado e o currículo desvinculado da realidade local (SOUZA, 2012).

Embora atualmente alguns professores se preocupem em adaptar atividades curriculares de acordo com a realidade local, indícios de algumas mudanças que o processo educacional na povoação de Itapocu vem passando a partir da Lei 10.639/2003, que implementou nos currículos escolares da rede oficial de ensino a inclusão do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, objetivando valorizar a contribuição do povo negro na construção da identidade positiva desses sujeitos, muito ainda precisa ser feito. Pois, a partir das análises realizadas na pesquisa é possível refletir que, apesar da regulamentação da Lei 10.639/2003 e de sua obrigatoriedade nos currículos escolares, nas comunidades remanescentes de quilombola da região Tocantina, esta lei é praticamente desconhecida pela maioria dos locais professores. O que nos permite refletir que os elementos da cultura negra quilombola não se inserem no espaço escolar, tão pouco faz parte da prática pedagógica de seus educadores (GATINHO Apud, SOUZA, 2012).

Diante disso, menciona-se que devido a formação da **Associação Terra da Liberdade** já existe uma articulação bem maior entre as comunidades tais como, Boa esperança, Bom Fim, Laguinho, Tomásia, Itabatinga, Mola, Taxizal. No entanto, o processo educacional ainda deixa muito a desejar, pois no sistema formal de ensino, além do déficit de estrutura física da escola, há ausência de materiais didáticos e paradidáticos, que favoreçam a aprendizagem e que sejam voltados para a realidade dos descendentes de antigos quilombolas da região, pois, se trabalha nas escolas locais o mesmo currículo oferecido pelas secretarias de educação do município. Portanto, verificou-se que os elementos culturais da comunidade de remanescente de quilombolas de Itapocu não são articuladas as suas tradições no âmbito físico da escola, a relação saber informal que deveria perpassar os muros do saber formal, pouco ou quase nunca

se intercalam, assim, a articulação entre cultura local e processo educacional formal não é estabelecido.

Enfim, perceber a diversidade na educação significa redimensionarmos a noção de conhecimento no sentido de ensinar e aprender nas diferenças, assim sendo, é necessário que a transmissão da construção do saber seja compreendida a partir da percepção de que vários homens construíram a história do povo brasileiro, e o povo negro faz dessa construção (DAVIS, 2000). Neste sentido, pensar uma educação inclusiva é voltar-se para as diferentes realidades regionais e culturais, reconhecendo as necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e a realidade diferenciada dos remanescentes de quilombolas.

## **FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA:**

### a) RELATOS ORAIS:

A partir dos relatos orais, foi possível fazer um cruzamento com a bibliografia estudada, no sentido de que os relatos de moradores mais velhos de Itapocu, através do revisitar em suas lembranças, pudessem reconstituir a história de formação do povoado remanescente de quilombolas de Itapocu. Assim, destaca-se seguir os nomes dos habitantes da povoação de Itapocu e demais povoados vizinhos que contribuíram para composição deste trabalho:

Aline Coelho do Espírito Santo, aluna da escola de Itapocu.

Agnelo Batista Rodrigues, morador da povoação de Itapocu.

Alessandra Pereira de Carvalho Veloso, professora do PETI.

Benedito Coelho, morador da povoação do Mola.

Erondina Meireles Soares, moradora da povoação de Porto Alegre.

Fátima de Nazaré Borges de Souza, professora de Itapocu, moradora de Mola.

Fátima Rodrigues, Moradora da povoação de Itapocu.

Gesilda Souza dos Santos, moradora da povoação de Itapocu.

Isabel Carvalho, 63 anos, moradora da povoação de Mola.

Izabel da Trindade Corrêa, moradora da povoação de Itapocu.

Jarbas Veiga dos Santos, coordenador da comunidade cristã de Itapocu.

José da Paixão do Espírito Santo, 66 anos, morador da povoação do Itapocu (falecido).

João do Espírito Santo, morador da povoação de Itapocu.

Jocelino Meireles Soares, morador da povoação de Porto Alegre.

Marciano do Espírito Santo, morador da povoação de Itapocu.

Maria Clara Arnoud Rodrigues, moradora da Povoado de Itapocu.

Maria Arnoud Rodrigues, morador da povoação de Itapocu.

Maria Amélia do Espírito Santo, moradora da povoação de Itapocu.

Maria de Nazaré Coelho, moradora da povoação de Itapocu.

Prof.º Dr.º Gilmar Pereira da Silva, Secretario Municipal de Educação.

Paulo Aviz, secretario de agricultura do município de Cametá.

Raimundo Borges, professor da Escola de Bom Fim, morador da povoação de Tomásia.  
Silvano Meireles Soares, morador da povoação de Porto Alegre.  
Zolima Rodrigues Franco, moradora da povoação de Bom Fim.

b) FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

- Certidão de Nascimento;
- Certidão de Batismo;
- Certidão de Casamento;
- Declaração de Posse de Terra;
- Regimento da Associação de Remanescente de Quilombola Terra da Liberdade;

c) FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS

- Fotografias de acervos familiares das povoações de Itapocu, Mola, Tomásia e Bom Fim.
- Fotografias que foram feitas durante as atividades de pesquisa nas povoações de Itapocu, Mola, Tomásia, Bom Fim, Porto Alegre e Boa Esperança.

d) FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Joana Pompeu. **Etnografia do Cunvidado: Trabalho e Lazer de Grupos Familiares em Tomásia, Cametá (PA) UFPA/PLADES**, 2000 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas. In: Reis, João José dos, Gomes, Flávio dos Santos (orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467-493.

GOMES, Flavio dos Santos. **Nas Fronteiras da Liberdade: Mocambos, Fugitivos e Protestos Escravos na Amazônia Colonial**. In: Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: SECULT, 1996.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **“O Livro que Vó Madá Escreveu Na Memória”**: histórias do antigo quilombo do Mola. Cametá: BCMP Editora 2009.

\_\_\_\_\_. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico.** Cametá: B. Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos.** Paka Tatu: Belém, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA): História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida.** In: Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, pp. 271-302.

SALLES, Vicente, **O Negro na Formação da Sociedade Paraense.** Textos reunidos/Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

\_\_\_\_\_, **O negro no Pará: sob o regime de escravidão.** 2ª. Edição, Brasília-Ministério da Cultura: Secretaria de Estado da Cultura do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ACEVEDO MARIN, Rosa. Conflitos no Pará. In: **FONTES, Edilza (ORG.). Contando a História do Pará.** Belém: Enotion, 2002.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Negros do Trombeta: guardiões de matas e rios.** Belém: UFPA/NAE, 1993.
- ANDRADE, L.; TRECCANI, G. Terras de Quilombo. In: **LARANJEIRA, Raimundo (coord.). Direito Agrário Brasileiro.** São Paulo: LTR, 2000, p. 595-656.
- AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito. Humanidades.** Brasília: EDUNB, ano IV, n. 15, p. 42-49, 1987-1988.
- AMORIM, Maria Joana Pompeu. **Etnografia do Cunvidado: Trabalho e Lazer de Grupos Familiares em Tomásia, Cameté (PA)** UFPA/PLADES, 2000 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).
- AMORIM, Maria Joana Pompeu. **Explorando o Universo da Mulher Negra na Zona Rural. Apresentado no II Encontro Amazônico Sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero -UFPA-** 1996.
- ARRUTI. **O quilombo entre dois governos.** Tempo e Presença. nº 330/2003
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru: Edusc, 2006.
- AZEVEDO, Eliana. **Raça: conceito e preconceito.** São Paulo: Ática, 1987. p, 38.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília: SECAD, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Lei 11.645 de 10 de Março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.**
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília/DF, outubro de 2004.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural: orientação sexual/** Ministério da educação. Secretaria da educação Fundamental.-3.ed.- Brasília: 2001.

- BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra na Amazônia (Séc. XVII – XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CASTRO, José Carlos Dias de. “**Resistencet Survancedes Communantes Noires de la Regiondu Baixo-Tocantins (Amazonie Brésilienne)**” In: Bicephale Europa
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. 4ed. Fac-similar. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1988, p.5-24.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Escravos e Senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará) / Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL: **Texto Constituição de 05 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Ed. Atual, 1998.
- COELHO, Mauro Cezar. **Uma lei colonial**. In: Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na Amazônia a partir da colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp.132-172 (tese de doutorado).
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora Unama, 2006.
- DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros de hoje**. São Paulo: Summus, 2000.
- DIAS, Ângela M. CAMPOS, **Fé e Devoção, o poder do misticismo nas comunidades rurais, no município de Cametá**. In: Desafios de Identidade, CEJUP/GPEM: Redor — Belém, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São: Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS MONTELLATO, Andréia Rodrigues; CABRINI, Conceição Aparecida & JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: diversidade cultural e conflitos**, 6ª série/Montellato, Cabrini, Catelli - São Paulo: Scipione, 2002.
- DOMINGUES, Angela Peres. **Movimento quilombola e capitalismo no Brasil** Graduanda em Ciências Sociais pela Unesp/Marília, 2007.
- ESCOLA CAÁ-MUTÁ – ESCOLA CIDADÃ: **Princípios, Diretrizes e Desafios**. Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Cametá, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro. **O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo**. História & Perspectivas. Uberlândia: UFU, n. 6, p. 5-24, jan./jun. 1992.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **“Os Reis da Mina”:** A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Pará do Século XVII ao XIX. Belém – Pará, 1991. 23 páginas (datilografado).

FIABANI, Adelmir. **“Os Novos Quilombos”:** Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. (tese de doutorado).

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”.** História e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas. In: Reis, João José dos, Gomes, Flávio dos Santos (orgs). Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467-493.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Décio. **República de Palmares: pesquisa e comentários históricos do século XVIII**. Maceió: EDUFAL, Ideário, 2004.

GATINHO, Andrio Alves. **O movimento negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico – raciais**. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico-Cultural**. In: Diversidade na Educação; Reflexos e Experiências. Secretaria de Educação Média e Tecnológica: Brasília, 2003.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. *Belo Horizonte: Autêntica*, 2006.

GOMES, Flavio dos Santos. **O Campo Negro do Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)**. Estudos afro-asiáticos nº 25, dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_, **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro- Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_, **Nas Fronteiras da Liberdade: Mocambos, Fugitivos e Protestos Escravos na Amazônia Colonial**. In: Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: SECULT, 1996.

\_\_\_\_\_, **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_, **Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará (1732-1816) IN: A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)**. Tese de Doutorado, Campinas-SP: 1997.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas**. São Paulo: USP, 1990 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_, **Campinho da independência: um caso de proletarização caiçara**. 1979. Dissertação (Mestrado) PUC-SP, São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_, **Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

JORNAL, **A Província do Pará**, Belém, 1877.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Portugal: Publicações Europa-América, vol. 1 e 2, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 Edição. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1992.

LOD, Raul. **Candomblé: religião e resistência cultural**. São Paulo: Ática, 1987. p.10.

MARQUES, Crísley Maria Barros. **Memória, Cultura e Educação no Povoado Remanescente de Quilombolas Bom Fim, na Região do Tocantins**. UFPA/CUNTINS-Cametá, 2012 (Trabalho de Conclusão de Curso).

MACHADO, Maria Helena P. T. **Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão**. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/ ANPUH, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar. /ago. 1988.

MARIN, Rosa E. Acevedo. **Trabalho escravo e trabalho feminino no Pará**, Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Belém: UFPA, n. 12, p. 53-84, abr./jun. 1987.

MELO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. São Paulo: Vozes, 1986.

MEC. PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS: **Pluralidade cultural: orientação sexual/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental**. 3.ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / secretaria da Educação Continuada, alfabetização e diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das relações Étnico-Raciais**-Brasília: SECAD, 2010.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MORAES, Nazete Silva de. **Negros e Educação: Exclusão, Resistência e Inclusão**. Cametá – UNIASELVI, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.

- NÉRI, Aurivane. **Descrição etnográfica da povoação de Umarizal: um resgate historiográfico**, Cametá UFPA, 1995 (Monografia de conclusão de curso).
- NORA, PIERRE (ORG.) **Les Lieux de Mémoire I. La République**. Paris: Gallimard, 1981.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: A Etnicidade como instrumento de luta pela terra**. In: Reforma Agrária. n. 3, vol. 23, p. 26-38, set./dez. 1993.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. (tese de doutorado).
- PARENTE, Regina Marques. **A invenção do cidadão negro**. In: Oliveira, Iolanda de, Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Pinto, Regina Pahim. (orgs.). Negro e Educação: escola identidade, cultura e políticas públicas – São Paulo: Ação educativa, ANPED, 2005.
- PEREGRINO Jr, João. **Os mocambos do Trobetas**. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 21-08-1938.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **“O Livro que Vó Madá Escreveu Na Memória”: histórias do antigo quilombo do Mola**. Cametá: BCMP Editora 2009.
- \_\_\_\_\_. **“Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”**. In: Revista Projeto História nº 14 (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos na Região do Tocantins, Pará**. In Revista Projeto História nº 22 – História e Oralidade- PUC/São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico**. Cametá: B. Celeste de M. Pinto. Editora, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Paka Tatu: Belém, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Parteiras, “Experientes” e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta**. PUC/São Paulo, março de 2004 (Tese de doutorado em História).
- \_\_\_\_\_. **Quilombo do Mola: local de ramificação e ponto de partida para uma reconstrução Historiográfica**. XVIII Simpósio Nacional de História- História e Identidade- da ANPHU, Recife\ Pernambuco, julho de 1995.

\_\_\_\_\_. Pesquisa: Inclusão, Diversidade e Educação: perfil educacional de povoações remanescentes de quilombolas da região do Tocantins, no Pará. MEC/UNESCO, maio 2005 (Relatório Final de Pesquisa).

PINTO, Benedita Celeste de Moraes Pinto & DOMINGUES, Andrea Silva. **Educação e Memória: práticas educacionais em povoações remanescentes de quilombolas e indígenas na Amazônia Paraense, Brasil**. In: Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação/III Encontro de Sociologia da Educação – O Não –Formal e o Informal em Educação: Centralidade e Periferias. Braga, Portugal, 25 a 27 de março de 2013.

PORTELLI, Alessandro. "**Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral**": In Revista Projeto História nº 15: Ética e História Oral. São Paulo: Educ, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. In: Revista Projeto História nº 14 (Cultura e Representações). São Paulo: Educ, 1997.

PROJETO HISTÓRIA. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Brasil, 1981.

RATTS, Alecsandro J. P. **(Re) conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, Maria de Nazareth Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. **Uma história da liberdade**. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: editora Açaí; CNPq, 2011.

SALLES, Vicente, **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Textos reunidos/ Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

\_\_\_\_\_, **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. 3ª ed. Revista ampliada. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_\_, **O negro no Pará: sob o regime de escravidão**. 2ª. Edição, Brasília- Ministério da Cultura: Secretaria de Estado da Cultura do Pará "Tancredo Neves", 1988.

SOUSA, Crisna Talita Sousa de. **Cultura Negra e Educação Quilombola: Um Estudo sobre o povoado remanescente de quilombola de Boa Esperança no Município de Cameté-PA**, Cameté: UFPA/CUNTINS, 2012 (Trabalho de Conclusão de Curso).

SANTOS, Marina de Mello e. **Raízes africanas**: IN: FIGUEIREDO, Luciano (organizador). Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

SILVA, Gilberto Ferreira da. **Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação**. In: Fleuri, Reinaldo Matias (orgs.). Educação Intercultural: mediações necessárias. DP&A, 2003.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra No Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves. **A palavra é africanidades**. In: *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v.15, n.86, p.42-47, mar./abr., 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**: IN: COSTA, Marisa Vorraber (organizadora) – 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **El mocambo: resistência esclava en la Bahía colonial**. In: PRICE, Richard (comp.). Sociedades Cimarronas. México: Siglo XXI, p. 162-184, 1981.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias**. In: Revista Projeto História nº 15 (Ética e História Oral). São Paulo: EDUC, 1997.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

VALENTE, Ana Lúcia. **Diversidade Étnico-cultural e educação: perspectivas e desafios**. In: Diversidade na Educação; Reflexos e Experiências. Secretaria de Educação Média e Tecnológica: Brasília, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão - os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Herança de Escravidão (1889-1930)**. IN: História da Vida Privada, Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZUNTHOR, Paul. **A Letra e A Voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.